



Anais da Assembléia

N. 96

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 83.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César.

A Hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quiêlse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Tuguio Setogutte (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está em votação as atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação das atas.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. AILTON CORDEIRO -(Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

30 Senhores Deputados responderam a chamada. "Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação das atas atendendo solicitação do Senhor Deputado Antônio Annibelli.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte e três Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Aprovada a ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM 170/85

Curitiba, 13 de setembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 18 de abril de 1985, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios adiante mencionados, objetivando ação conjunta para a execução de obras integrantes do PROJETO PROSAFRAS:

Município	N. do Convênio
Boa Esperança	031/85
Doutor Camargo	079/85
Nossa Senhora das Graças	176/85
Quatiguá	222/85
Quinta do Sol	226/85
Santa Inês	252/85
Tomazina	296/85
Uniflor	304/85

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 171/85

Curitiba, 13 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte 1 (um) cargo de provimento em comissão de Diretor de Museu, símbolo 1-C, que será destinado ao Parque Histórico do Mate, unidade de nível subdepartamental, da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, daquela Pasta.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, consulta plenamente aos superiores interesses da administração e da coletividade, pois, preenchendo lacuna atualmente existente, virá dotar o Parque Histórico do Mate da figura de um Diretor, com o que pretende-se a revitalização daquele Parque e, inclusive,, capacitá-lo ao bom atendimento dos numerosos turistas que o visitam.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 221/85

Art. 1.º- Fica criado, na Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1 (um) cargo de provimento em comissão, de Diretor de Museu, símbolo 1C, destinado ao Parque Histórico do Mate.

Art.2.º- Esta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 172/85

Curitiba, 16 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 05 de agosto de 1985 entre o Estado do Paraná e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, objetivando a ação coordenada entre o INCRA e o Estado para a execução de ações fundiárias, compreendendo as atividades de assentamento de 354 (trezentos e cinquenta e quatro) famílias de agricultores no Município de Mangueirinha.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ
Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 174/85

Curitiba, 19 de setembro de 1985.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Centenário do Sul, uma área de terras medindo 10.440 metros quadrados, destacada do lote n. 111, gleba 2, situada na Colônia Centenário, do referido Município, com as benfeitorias nela existentes, a qual foi objeto da transcrição n. 9.745, de 12 de setembro de 1960, no Livro 3-H, fls. 245, do Cartório do Registro Geral de Imóveis, Título e Documentos, da Comarca de Jaguapitã.

O plano de lei ora submetido a exame dessa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, sendo necessário a fim de viabilizar doação já autorizada pela Lei n. 4727, de 20 de junho de 1963, cuja escritura definitiva ainda não foi lavrada em face de incorreções havidas no que se refere a descrição da referida área de terreno. Assim, uma vez aprovada e transformada em lei a medida aqui proposta, serão ensejadas condições no sentido da efetivação de tal doação, podendo, então, o Município obter o domínio pleno de tal área e utilizá-la em obras voltadas aos interesses da Coletividade.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 213/85

Art.1.º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Centenário do Sul, o imóvel constituído de uma área de terras medindo 10.440,00 metros quadrados, destacada do lote n. 111, gleba 2, situada na Colônia Centenário, do referido Município, com as benfeitorias nela existentes, objeto da transcrição n. de ordem 9.745, de 12 de setembro de 1960, do Livro 3-H, fls. 245, do Cartório do Registro Geral de Imóveis, Títulos e Documentos, da Comarca de Jaguapitã.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei n. 4727, de 20 de junho de 1963 e

disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Com a presente venho indicar o nome do Deputado ERONDY SILVÉRIO para participar como membro da Comissão Especial que apreciará as Emendas à Constituição que se encontram em tramitação nesta Casa.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

PS- Para Suplente: Deputado Ezequias Losso.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER que, após ouvido o soberano Plenário, a Mesa determine que o Projeto de Lei n. 175/85, de sua autoria, e que dispõe sobre a transferência de direitos sobre um terreno à Universidade Estadual de Ponta Grossa, passe a tramitar em REGIME DE URGÊNCIA.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital em data de 16 do corrente, do Senhor ROBERTO MICKOSZ.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O extinto deixa lacuna irreparável no seio de sua família e amigos, pelos dotes morais com que sempre regeram sua vida, quer familiar quer particular. Seu desaparecimento aos 49 anos de idade vem consternar não somente sua esposa Dona DJANIRA e seus três filhos, como também seu vasto círculo de amigos.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consagração na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Kiginhote, ocorrido recentemente na municipalidade de Ubiratã.

No último dia 9 a comunidade de Ubiratã ficou enlutada. Falecia o Senhor Mario Kiginhote. Uma figura humana que sabia cultivar amigos com sua simplicidade e sua disposição de luta que a todos envolvia. Seu desaparecimento abre uma lacuna impenhável no seio daquela coletividade que só atingiu o seu desenvolvimento atualmente verificado graças a ação destemida dos seus pioneiros, onde inclui-se o Senhor Mário, um dos fundadores.

Deixa esposa, a Senhora Ofélia Lopes Kiginhote, um filho com 23 anos, Antônio Celso Kiginhote. Mas também deixa um vasto círculo de amizade, notadamente nos meios esportivos, vez que praticava o futebol de campo e suíço, transmitindo aos atletas o verdadeiro espírito esportivo, que é a participação sadia e alegre; ou nas atividades agrícolas, pois fora, durante muito tempo, administrador de fazenda, na propriedade do Senhor Keigo Omori, com competência e lisura dos negócios, era responsável maior pelo trabalho sempre produtivo.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, cumpre-me o doloroso dever de comunicar a esta Casa de Leis o passamento de uma das principais pessoas que Ubiratã teve oportunidade de ter junto ao seu convívio.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Anadão Molina, ocorrido recentemente na municipalidade de Ubiratã.

A Senhora Maria Anadão Molina nasceu no dia 1.º de Janeiro de 1920. Chegou em Ubiratã quando a região caracterizava-se pela presença predominante de extensas áreas verdes, que, posteriormente, face ao desmatamento, foram dando lugar ao cultivo de alimentos para atender a população que começava a formar os primeiros grupos sociais. Esta Senhora, justamente nesta fase inicial de desenvolvimento daquela região, foi, sem dúvida alguma, uma das mais destacadas pioneiras.

Seu falecimento, ocorrido exatamente no dia 2 de setembro, enlutou o povo de

Ubiratã. Esta mesma gente que, durante todos estes anos, aprendeu a conviver com uma pessoa dedicada à família, ao trabalho, assim como nas iniciativas que visassem o progresso daquele Município, particularmente no que dizia respeito ao campo social da cidade, através de inúmeras realizações, sob sua liderança, de campanhas filantrópicas em benefício dos menos favorecidos.

Inegavelmente, o falecimento da Senhora Maria Anadão Molina, fez com que fosse aberta uma lacuna, sua perda é irreparável, não apenas e tão-somente para seus filhos, esposo, netos e parentes, mas para aquelas pessoas que tiveram o privilégio de desfrutar de sua bondade como pessoa humana, cuja disposição em servir ao próximo era algo que sempre ela encarou como missão divina, fruto da crença cristã.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Ribeiro Guimarães, ocorrido ontem nesta Capital.

O extinto deixa viúva, dona Marina Barcellos Ribeiro, 9 filhos e 11 netos.

Trabalhou muitos anos nas prefeituras de Ribeirão Claro e Guaraci, onde constituiu vasto círculo de amigos.

Homem bom, trabalhador, fiel cumpridor de suas obrigações, dedicou sua vida ao trabalho e a fazer o bem ao próximo.

Seu desaparecimento comoveu e encheu de tristeza e dor todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver.

Foi uma grande e irreparável perda.

Requeiro que a família enlutada seja comunicada do pesar desta Casa, através da residência da viúva, à Rua Capiberibe, 557, Santa Quitéria, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985
(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ELISA FELDE DE CAMPOS, ocorrido no Município de Inácio Martins, no último dia 06.

Requer, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Senhor RAUL NUNES DE CAMPOS, esposo da falecida, com o seguinte endereço: Rua Visconde de Guaraçuva, s/n., INÁCIO MARTINS- CEP-n.

84.520.

Trata-se da esposa de um Vereador do Município, eleito pela segunda gestão consecutiva, pioneiro na localidade, agricultor.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985
(a) LEONIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DOMINGOS RIBEIRO, ocorrido no dia 18 do corrente mês, nesta Capital.

O extinto era natural de Rezende, Estado do Rio de Janeiro. Nascido no dia 10 de junho de 1910; radicou-se no Paraná desde 1922, funcionário público municipal na cidade de Ribeirão Claro até 1963 e posteriormente, nesta Capital.

Como funcionário público municipal, em Ribeirão Claro, sempre foi muito dedicado e enquanto pôde atuou em favor do glorioso Partido do Movimento Democrático Brasileiro e era no seu bairro, onde residia há mais de 20 anos, um ardoroso simpatizante do atual Governo.

Com seu passamento deixa uma lacuna enorme que dificilmente será preenchida, pois gozava de grandes amizades entre aqueles que o conheciam.

DOMINGOS RIBEIRO, era casado com dona MARINA BARCELLOS RIBEIRO e pai de nove filhos e onze netos que sentem sua falta como marido, pai e avô.

Uma vez aprovado o presente, solicito que se dê ciência a família enlutada, na pessoa de dona MARINA, à Rua Capiberibe, n. 557, Santa Quitéria, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985
(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de "voto de profundo pesar" pelo passamento do Doutor JOAQUIM SILVEIRA, ocorrido na cidade de Ponta Grossa-PR, no dia 21 p. passado.

Pertencente a tradicional família daquele município, o Senhor Joaquim Silveira era engenheiro civil e pecuarista, tendo prestado ao longo de sua existência relevantes serviços à comunidade local.

Era casado com a Senhora Norma Requião Silveira e deixa os seguintes filhos: Rui Silveira, casado com a Senhora Walquiria Bittencourt Silveira, Yara Silveira, casada com o Senhor Nelson Hilgemberg Júnior.

O passamento do Doutor Joaquim Silveira

ra veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade local, onde gozava da estima e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja da-do ciência à família enlutada, no seguinte endereço: R. Cel. Dulcídio, 1.184- Ponta Grossa- Pr.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em ata da presente sessão, de "voto de profundo pesar", pelo passamento do Senhor AYRTON BERGER, ocorrido no dia 22 p. passado, na cidade de Ponta Grossa-Pr.

No desempenho de suas atividades profissionais, ocupou, com a maior lisura e responsabilidade, cargos de relevância como: Secretário da Agricultura e Pecuária da Prefeitura Local, tendo prestado ao longo de sua existência inestimável contribuição ao engrandecimento daquele Município.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, o extinto era casado com a Senhora Tila Berger e deixa os seguintes filhos: Denise Berger Pelissari, casada com o Senhor Pedro Pelissari, Ayrton Berger Júnior e Jucimara Berger, solteiros.

O prematuro passamento do Senhor Ayrton Berger, veio abrir uma enorme lacuna no seio da família e à sociedade local onde gozava do mais alto prestígio e admiração dos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, requer, ainda, seja da-do ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Ernesto Villela, 645- Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento de AYRTON BERGER, ocorrido no dia 22 do fluente.

O extinto representava a Secretaria de Agricultura e Pecuária, no Município de Ponta Grossa, onde era muito estimado por toda comunidade.

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhado à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o adiantamento da discussão e votação, por 4 (quatro) sessões para o Projeto de Lei Complementar n. 217/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, a retirada por três Sessões Plenárias do Projeto de Lei n. 321/84, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná-FUNCITEC.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado no que contém o atestado médico, em anexo, vem à sua presença solicitar a concessão de quinze (15) dias de licença especial, para fins de tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) EDMAR LUIZ COSTA..

SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

LAUDO MÉDICO N. 24/85

Aos vinte e três dias de setembro de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Edmar Luiz Costa, concluiu achar-se o mesmo com 361.2 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de 15 (quinze) dias de licença para tratamento a partir de 24.09.85.

(aa) Médico Chefe da Junta

Membro

Membro

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal "Folha de Londrina", responsável pela elaboração de um caderno especial sobre a "Constituinte", publicado no último dia 7 de setembro.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho jornalístico de Estêlio Feldman que coletou depoimentos das mais expressivas autoridades do Estado representa valor inestimável diante de discussão tão séria como é a elaboração da Nova Constituição Brasileira.

Mais uma vez a contribuição da "Folha de Londrina" merece elogios que também são extensivos a todos os profissionais da Folha que muito tem contribuído para a construção da história do Norte do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Prefeito de Cascavel, Fidelcino Tolentino, pela realização e sucesso do II Encontro Paranaense de Secretarias e Departamentos de Saúde realizado de 03 a 06 de setembro passado. Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A participação de mais de sessenta municípios do Estado no II Encontro Paranaense de Secretarias e Departamentos Municipais de Saúde, sem dúvida foi um acontecimento repleto de sucesso, não só pela troca de experiência entre os participantes como também pelo grau de consciência demonstrado com o problema da Saúde em nosso Estado. A promoção do Município de Cascavel, através da Secretaria de Saúde e Assistência Social, demonstrou que os novos rumos adotados pelo atual secretário Alberto Fernando Barddal Drummond, naquele município, estão dentro das expectativas da Nova República que vê na descentralização das Ações de Saúde o caminho para a solução dos graves problemas da população. Entre os vários temas discutidos e analisados destacamos a vacinação, o tratamento odontológico preventivo, capacitação de pessoal e atenção primária à saúde da mulher além da participação da comunidade. Tudo isso dentro do espírito das AIS - Ações Integradas de Saúde, proposta da Secretaria de Saúde e governo do PMDB para o Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal do Agricultor "TERRA", pela publicação de matéria jornalística sobre os efeitos dos agrotóxicos nos trabalhadores rurais.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Além do alto custo econômico que representa o uso indiscriminado de agrotóxicos, na agricultura do Paraná, principalmente nos últimos vinte anos, representando grande parte da dívida externa brasileira, outro fato é enfocado pelo "Jornal Terra". A "Saúde" do nosso trabalhador Rural-área em que atuamos aqui na Assembléia Legislativa - está totalmente comprometida. Várias vezes tivemos oportunidade de mostrar os efeitos lesivos dos venenos utilizados indiscriminadamente nas nossas lavouras.

A reportagem mostra com fidelidade a questão e a falta de consciência na prática abusiva do controle de pragas, principalmente no caso do algodão, onde é grande a utilização da mão de obra e também onde mais se aplica venenos mortais. Centenas de trabalhadores sofrem intoxicações nos períodos de desenvolvimento e até mesmo na colheita e o que é pior os venenos vão se acumulando no organismo humano e comprometem a vida dos jovens e das populações futuras. O crime que ainda é cometido contra a integridade física dos trabalhadores do Paraná e do Brasil é irreversível. Apesar de o Paraná ser um dos poucos Estados a ter uma lei que defenda o Meio-Ambiente e conseqüentemente diminuir o abuso, ele ainda ocorre.

É preciso reconstruir o caminho da produção de alimentos no país e este é um trabalho que esta Casa tem que incentivar, particularmente é necessário que as iniciativas, como esta do Jornal TERRA seja aplaudida. Aos jornalistas responsáveis pela edição do Jornal do Agricultor TERRA, requeiro as congratulações desta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da TV Paranaense Canal 12, pela veiculação da Campanha "Posso Ajudar Papai".

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A Campanha "Posso Ajudar Papai" da Fundação Pró-Renal do Paraná com o apoio do SEARS Laboratório e OPUS Propaganda, tem alto valor social no que diz respeito a sensibilidade da comunidade para a doação de rins.

Os resultados estão sendo extremamente positivos graças ao apoio da TV Paranaense - Canal 12, o que merece o aplauso desta Casa de Leis. O número de doentes renais no nosso Estado é grande e campanhas desse nível são fundamentais para amenizar o sofrimento de muitos paranaenses que podem

ser recuperados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, a consignação na ata da presente sessão, votos de congratulações dirigidos à Televisão Coroados de Londrina pelos seus 22 anos de funcionamento, comemorados no dia de hoje, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Edvaldo de Melo, Diretor Geral.

Dia 14 de novembro de 1959 era fundada a Televisão Coroados Canal 3. Representava o início de uma verdadeira fase no setor de comunicação, não somente com relação aquela região, mas também no âmbito de boa parte do Estado que receberiam as suas imagens.

Efetivamente, entrava em funcionamento, no dia 23 de setembro de 1963, o Canal 3. Desde esta época, dentro da filosofia que fora estabelecida, o referido veículo caracterizava-se através de um jornalismo sério e inteligente, difundindo as potencialidades daquela vasta região paranaense.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de, através deste requerimento, cumprimentar a Televisão Coroados Canal 3 de Londrina, congratulando-me com seu corpo de profissionais e diretores, que atualmente mantêm a mesma filosofia implantada no começo, um jornalismo comprometido com todas as iniciativas que visem o bem-comum e o desenvolvimento geral.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a consignação de um voto de congratulações pela inauguração, em Foz do Iguaçu, da TV NAIPI, enriquecendo ainda mais as prósperas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Instrumento de cultura, de politização, de informação e de lazer, a televisão é o veículo de comunicação dos tempos modernos de um País que se desenvolve. E o Paraná, ao incorporar à sua vida, a TV NAIPI, dá mais um passo para garantir à sua população os efeitos positivos de uma nova emissora de televisão, poderoso instrumento para consolidar o projeto de democratização do Brasil.

Do presente, requeiro se dê ciência ao Doutor Paulo Pimentel e aos funcionários da TV NAIPI.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de congratulações pelo transcurso do 18.º de fundação do Município de Nova Aurora a ser comemorado no próximo dia 25 do corrente.

Tal evento se reveste de júbilo para o nosso Estado face à contribuição que aquela comuna, através da sua laboriosa população vem prestando no engrandecimento paranaense frente à Nação brasileira. O efetivo trabalho do povo de Nova Aurora tem servido de exemplo na construção de uma sociedade municipal voltada exclusivamente em prol do bem comum daqueles que ali vivem e emprestam a sua colaboração.

REQUER, outrossim, que seja designado, sem ônus para este Poder, um representante desta Casa nas comemorações alusivas aos festejos da Semana do município que será levada a efeito entre 20 a 25 de setembro, com comunicação desta manifestação aos Poderes Legislativo e Executivo de Nova Aurora.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Com base no artigo 134, § 1.º, inciso VI, do Regimento Interno, o Deputado abaixo assinado, REQUER que, após ouvido o Plenário, conste da Ata da sessão de hoje, um voto de congratulações para a ESCOLA SÃO JOSÉ - ENSINO DE 1.º GRAU.

Situada na Praça Getúlio Vargas n. 15, na cidade de Castro-Pr., e tendo como Diretora a Irmã Cleonice, a referida escola completará 80 anos de atividades no dia 21 de setembro em curso.

Ao longo dos anos, Direção e Mestres que por ali passaram, não mediram esforços para a boa formação educacional de seus alunos, contribuindo sobremaneira com o progresso da comunidade castrense.

Assim, por mais uma etapa vencida e pelos benefícios que vem prestando incansavelmente, rendemos nossas sinceras e justas homenagens à Diretoria e todo corpo docente da ESCOLA SÃO JOSÉ.

Requeiro que cópia deste expediente, seja encaminhada aos interessados.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da

presente sessão, de um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, pela outorga, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor JOSÉ SARNEY, em data de hoje, da Medalha do Mérito Rodoviário.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao homenagemado.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor LUIZ FELIPE HAJ MUSSI, estará recebendo hoje das mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a Medalha do Mérito Rodoviário, outorgada pelo Conselho Superior dos Transportes Rodoviários de Cargas do Brasil. A comenda será entregue por ocasião do encerramento da II Convenção Nacional dos Empresários de Transporte Rodoviário de Cargas, no Palácio das Convenções, em Brasília, em reconhecimento aos serviços prestados em favor dos transportes rodoviários de todo o País.

Desde que assumiu a Pasta da Segurança Pública o Doutor Mussi preocupou-se em solucionar os chamados crimes das estradas contra os motoristas de caminhões, para equacionar o problema, implantou o sistema denominado operação carreteiro que contou com resultados significativamente positivos.

Está de parabéns, não somente o titular da Pasta da Segurança Pública, como todos os seus auxiliares, bem como toda a população do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações ao Excelentíssimo Senhor Doutor AURELIANO CHAVES, Digníssimo Ministro de Minas e Energia, bem como ao Senhor General ROBERTO FRANÇA DOMINGUES, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, pela determinação oficial da abertura de postos em todas as rodovias do País, no período noturno.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A publicação da Resolução n. 11/85 do CNP publicada no Diário Oficial da União, de ontem, que determinando oficialmente a abertura de todos os postos situados em

todas as rodovias federais, estaduais, municipais, inclusive nos trechos em que tais rodovias atravessem perímetro urbanos; liberando também, atividades como serviço de lavagem, lubrificação, borracharia e mecânica, durante o período noturno e em qualquer horário, aos domingos e feriados. Tal determinação veio trazer júbilo geral a todos os segmentos da sociedade nacional e especialmente a este Deputado que na Câmara Federal sempre batalhou inclusive com a apresentação de projeto-lei nesse sentido.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Senhor Ministro e Presidente do C.N.P.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, voto de louvor ao Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, pelo brilhante papel desenvolvido durante a "Semana da Pátria de 1985" e, em especial, por ter, pela primeira vez no Paraná e no Brasil, realizado a "1.ª Corrida Rústica da Independência".

Uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a convocação do Diretor Presidente da SANEPAR para expor aos Senhores Deputados as implicações do Edital de Concorrência Pública n. 02/85 que trata da ampliação e melhorias do sistema e abastecimento de água de Londrina e Cambé.

Requeiro ainda seja marcada a data de 26 próximo, quinta-feira, às 17:00 horas, no Plenário Luiz Gabriel Sampaio.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA: (Feita em Plenário).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, seja designada Comissão Especial para representar o Poder Legislativo na audiência do próximo dia 25 do corrente com o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de São Paulo, para tratar dos interesses do Paraná, na gestão de terras inundadas com a construção das Usinas de ROSANA e TAQUARUÇU, no Rio Paranapanema,

composta de três (03) membros.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, líderes das bancadas dos partidos com representação nesta Casa, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial composta por 9 membros, com o fim específico de proceder estudos visando apresentar sugestões e propostas à elaboração da Nova Constituição Brasileira.

Tal solicitação se faz tendo em vista, a exemplo da que se constituiu no Congresso Nacional, propiciar no âmbito estadual, a formação de uma equipe de parlamentares com funções específicas de promover estudos, sugestões e apresentar propostas para a elaboração da nova Constituição Brasileira, após amplos debates com todos os segmentos da nossa sociedade, da qual os Deputados são seus legítimos representantes.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(aa) CAÍTO QUINTANA, GILBERTO CARVALHO, ANTÔNIO BELINATI e LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja feito convite ao Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Doutor Paulo Carneiro Ribeiro, para apresentar Exposição Informal sobre a Reforma Agrária sob a ótica do empresariado rural paranaense, em companhia de sua Diretoria e Assessoria; devendo participar desse debate informal os Senhores Parlamentares membros das Comissões Técnicas de Agricultura e Terras, além de outros Deputados interessados no assunto.

A proposição se justifica pelo fato de já terem estado nesta Assembléia, em contato com os Senhores Deputado e Assessores, os representantes das lideranças dos Movimentos dos Sem-Terra, que inclusive realizaram longa sessão no Plenarinho para a exposição dos pontos de vista a favor da Reforma Agrária.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental após ouvido o Plenário, REQUER uma manifestação de apoio desta Casa à indicação do jornalista Romeu Daldegan, da "Gazeta do Povo" e também desempenhando

as funções de Vogal da 3ª Junta de Conciliação e Julgamento de Curitiba, indicado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, para concorrer à vaga de Juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Tanto a comunidade empregadora, como a categoria assalariada serão beneficiadas com a escolha de Romeu Daldegan para a importante função classista, já que o jornalista conta com integral apoio dos jornalistas do Paraná, das classes produtivas não só de Curitiba como de todo o nosso Estado.

REQUER, outrossim, que a decisão favorável desta Casa seja levada ao conhecimento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, com sede localizada a Rua José Loureiro, n. 221, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo deste Legislativo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, para que seja adotado, incontinenti, o reajuste trimestral de salário no País, em face da situação desesperadora dos assalariados diante da inflação galopante que corrói, mês a mês, de forma violenta e insuportável, o poder de compra dos trabalhadores, levando-os a impossibilidade até mesmo de adquirir os alimentos essenciais para a sobrevivência e levando, ainda este estado de coisas, a Nação brasileira ao estágio da pré-convulsão social, colocando em risco, a estabilidade das estruturas democráticas.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

Em agosto a escalada inflacionária atingiu o seu mais alto nível em toda a história brasileira e as evidências indicam que ela não será atenuada nos próximos meses. A cada dois meses o salário do trabalhador perde 1/3 do seu valor de compra e se a imensa maioria dos assalariados já quase não podia comer essa corrosão salarial com certeza vai levar esse País ao paroxismo. O saudoso Tancredo Neves ao se preparar para assumir a Presidência da República, assumiu um solene compromisso de não se combater a inflação e não se pagar a dívida do País com a fome do povo, com o sacrifício dos assalariados, de quem mais nada se podia exigir.

Seis meses já são decorridos da instalação do novo Governo e todas as expecta-

tivas geradas nas imensas concentrações populares ao longo de 1984 já estão chegando ao ponto da frustração total.

A Nação não pode ficar mais um dia sufocada por este estado de perplexidade. É preciso, sem mais tardança, transferir renda para os assalariados. Mais do que provou e comprovou o PMDB ao longo de tanto tempo que salário não é causa de inflação, que inflação decorre de planos e projetos megalômanos, da corrupção desenfreada, do livre desenvolvimento do capitalismo selvagem, da exploração impiedosa do trabalho pelo capital; que inflação não deriva de se remunerar justa e condignamente a mão-de-obra empregada na produção.

Se a corrupção e a má administração do País eram as causas da infelicidade do povo brasileiro, em 15 de março, com a posse do novo governo, essas causas presumivelmente cessaram definitivamente, cessando, portanto, as fontes alimentadoras da inflação, não restando, quanto a isso, nada mais a discutir, e podendo, por isso, ser restituída a dignidade ao assalariado de todo o Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de mensagem ao Presidente José Sarney, na condição de Presidente do Conselho de Segurança Nacional, solicitando imediato restabelecimento de relações diplomáticas com a República de Cuba.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba, no dia 13 de maio de 1964, dois meses após a tomada do poder pelos militares, sob a alegação que havia interferência cubana nos assuntos internos.

O Brasil foi o 14.º país americano a romper as relações com a República de Cuba, após Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicaraguá, Paraguai, Peru, Venezuela, Colômbia, Panamá e Argentina. Muitos desses países reataram relações com Cuba, deixando o Brasil como o único dos grandes países do continente isolado de Havana - sempre ao lado dos Estados Unidos. O Brasil não pode ficar a reboque dos caprichos de nações que são ricas e adotam políticas intervencionistas. O Brasil não pode continuar correndo atrás dos interesses dos Estados Unidos.

Reatamos as relações diplomáticas com a União Soviética e a República da China só depois que os Estados Unidos assim procederam. Espero que o mesmo não ocorra com relação ao país irmão - como nós terceiro-

mundista. - Nossos interesses com Cuba são outros e conflitam com os norte-americanos. Tudo indica que isto ocorra uma vez que a Embaixada Americana em Havana, hoje, já funciona a pleno vapor com um escritório de representação dos EUA. Se até hoje nós os brasileiros não sabemos porque não mantemos relações com Cuba, os americanos bem o sabem. É que Fidel Castro acabou com o mar da tranquilidade em que os Estados Unidos navegavam na época do ditador Batista que mantinha o país em estado de miséria, exploração e corrupção. Tudo em benefício dos interesses dos EUA. Um quadro parecido com o Brasil da Velha República. Agora os tempos são outros, inclusive mantemos relações com países que têm governos de diferentes linhas ideológicas. É o caso dos Estados Unidos, da União Soviética, da China Popular, de Formosa, do Iraque e de Angola.

Mantemos relações diplomáticas e econômicas até mesmo com a África do Sul, país internacionalmente condenado por sua política institucional segregacionista e a nós ligados por linhas aéreas, quando muitas Nações lhe impõem um completo boicote. Não entendemos a razão pela qual continuamos com relações cortadas com Cuba, que, como nós, é uma Nação do Terceiro Mundo e com a qual atualmente até intercâmbios comerciais vêm se realizando. Temos interesses comuns no que diz respeito a relações com as grandes potências mundiais e à contradição entre o Norte e o Sul na política internacional. Estamos ligados, histórica e culturalmente. Cuba é uma Nação latino-americana à qual nos unimos pela música popular, pela prática desportiva.

O governo Brasileiro alegou receio de ações intervencionistas, por parte de Cuba, em nossa política interna. Na verdade, no período conhecido como Guerra Fria, incidentes ocorreram, criando feridas em ambos os lados. No entanto, parece-nos superado esse período turbulento da história mundial. Hoje, o poderio militar das diversas potências acumulam poder de destruição, que forçam ao entendimento via negociação e entendimento político como única forma de viabilizar o futuro da humanidade. Além disso não podemos esquecer a capacidade das Forças Armadas Brasileiras de defender o seu território. Não nos parece viável a eficácia de qualquer atitude agressiva ou intervencionista de Cuba em relação ao Brasil, dada a desproporção econômica, populacional e territorial que nos separa. Entendo ser outro o interesse. Cuba dispõe de um mercado interno estável, que advém de um padrão salarial mais homogêneo e elevado que o de muitas nações latino-americanas, com as quais mantemos relações. Constitui, portanto, uma alterna-

tiva para a exportação de nossos excedentes de produção, até no campo dos manufaturados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, na forma regimental e, após ouvido o Egrégio Plenário, REQUER seja encaminhado ao Secretário de Estado da Administração, Doutor José Olímpio de Paula Xavier, solicitando suas providências junto ao Diretor Superintendente do IPE, Senhor Max Rosenmann, no sentido de que sejam feitos naquele instituto e posteriormente implantadas na folhas de pagamento, as despesas decorrentes de exames médicos e complementares exigidos pelos órgãos, quando requisitados pelos Departamentos Médicos aos aprovados em concursos públicos realizados pelo Governo do Estado.

Com base no Decreto Governamental, que regulariza a entrada em serviço público, através de concurso, o que por certo originará grande número de concursados, de bom alvitre será aproveitar a grande estrutura do IPE, beneficiando aos futuros servidores públicos com a centralização dos referidos exames, além de que, tal medida, diminuirá sensivelmente os custos advindos.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor da EMOPAR-Empresa de Obras Públicas do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que, num menor espaço de tempo possível, determine a realização de reformas gerais no Colégio Estadual professor João D'Oliveira Gomes, localizada na Municipalidade de Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, a situação que se encontra grande parte das instalações, a nível de estrutura, do Colégio Estadual Professor João D'Oliveira Gomes, um dos mais tradicionais e conceituados estabelecimentos mourãoenses. Existe uma série de rachaduras ao longo dos corredores e paredes, que tem aumentado à medida que o comodismo e a inércia fazem com que a segurança de estudantes e professores sejam vistas como fator a ser resguardado.

Tal situação existe há muito tempo. Desde então, o que se fez foi colocar barras de ferro capazes de conter as lacunas que se abriam no piso e nas paredes.

As condições são péssimas. O Ilustrís-

simo Senhor Joani Teixeira, Diretor daquele educandário, afirma que, se medidas concretas não forem postas em práticas, por certo que a insatisfação pode aumentar ainda mais do que já está, podendo haver problemas maiores, face à insatisfação.

Neste sentido, através do presente requerimento, que é também um apelo, que essa Secretaria de Estado da Administração, através da EMOPAR, determine o atendimento do que ora é solicitado, realizando as reformas gerais pretendidas.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor LUIZ CORDONI JÚNIOR, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a instalação de um Posto de Saúde, na localidade de Vespeira, Município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da localidade de Vespeira não possuem meios de locomoção para irem até a sede do Município de Ivaí, em busca de assistência médica.

Na impossibilidade de se instalar um Posto de Saúde devidamente aparelhado, poderiam ser determinadas visitas médicas periódicas àquela localidade.

O objetivo das famílias ali radicadas é receber, no mínimo, a cada quinzena, assistência médica.

Tendo em vista que o programa de atendimento aos carentes, inclusive a preservação da saúde dos menos favorecidos por parte do Estado, essa reivindicação poderá ser merecedora de atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Ministro de Minas e Energia e ao Presidente da COPEL, para que haja planejamento para a adoção do HORÁRIO DE VERÃO.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A grande estiagem verificada no Sul do País poderá determinar o racionamento de energia elétrica.

Com a aproximação do verão, já se cogita adotar-se, novamente, o chamado "horário de verão".

Entretanto, como ocorre em diversos países, essa prática pode ter caráter permanente.

Seria interessante, portanto, que o Ministério de Minas e Energia, juntamente com os demais setores interessados, promovessem um planejamento para a adoção do "Horário de Verão", programando seus períodos, bem como a melhor maneira de usufruir de seus benefícios.

O Estado do Paraná, através da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), não poderá deixar de ser ouvido, dado o seu inegável interesse.

Levando-se em consideração que o assunto deverá ser tratado de imediato, esperamos pela aprovação deste requerimento, a fim de que possamos contribuir para a regulamentação dessa importante matéria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando providências junto à FUNDEPAR para a construção de mais 4 (quatro) salas de aula no Colégio Estadual "Orlando L. Zamprônio" - Ensino de 1.º e 2.º graus, no Distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques, dando-se ciência deste requerimento ao Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara de Vereadores do referido Município.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Orlando L. Zamprônio", situado no Distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques, é de porte 5, contando atualmente com 1.137 alunos e possui apenas 12 salas de aula, sendo que a Escola obrigou-se neste ano a rejeitar matrículas por falta de espaço.

Por outro lado, o pré-escolar não possui sala especial, estando em falta de matérias, inclusive carteiras, funcionando com 50 alunos em uma só sala.

Igualmente, há excesso de alunos nas turmas de 5.ª a 8.ª séries, o que se torna prejudicial ao desenvolvimento dos estudantes, diminuindo-lhe o nível de aproveitamento.

Além disso, ainda neste ano será concluída a construção de um Conjunto Habitacional da COHAPAR nas proximidades do referido estabelecimento, havendo portanto uma previsão de aumento de alunos na proporção de 3 a cada casa, o que vem justificar plenamente este pedido para a ampliação do referido colégio, com a

construção de pelo menos mais 4 salas de aula.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Garbi Presidente da TELEPAR, no sentido de rever o projeto já existente para ampliação de mais 400 terminais telefônicos, cuja, instalação virá atender a novas empresas e pequenas indústrias do Município.

Esta é uma justa reivindicação do Vereador João Garcia Espíndola, que viu de perto as prementes necessidades dessas empresas em contar com um aparelho telefônico.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Felipe Haj Mussi, Secretário de Segurança Pública, solicitando reformas na cadeia pública de Londrina.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Este pedido justifica-se diante da precariedade de suas instalações que precisam de uma revisão completa, especialmente o sistema elétrico que devido as suas condições coloca em risco as demais instalações do prédio, além de não permitir que os detentos exerçam atividades laborativas na marcenaria que não funciona por insuficiência de energia elétrica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luis Cordoni Júnior, Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando providências no sentido de que seja efetuada a reforma no Centro de Saúde de São Jerônimo da Serra, bem como a integração daquele Município no programa AIS.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

A integração neste programa daria condições para que os três distritos mais populosos daquele Município, a saber: Vila Nova, Terra Nova e São João do Pinhal, que aliás já contam com a infraestrutura físi-

ca para a instalação de postos de saúde, venham a receber os benefícios advindos da sua integração neste programa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cordoni Júnior, Secretário de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, solicitando urgência na formalização do convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com vistas a prestação de assistência médica e hospitalar aos detentos nas cadeias públicas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Este convênio irá melhorar sensivelmente os níveis de saúde dos detentos nas cadeias públicas de nosso Estado, uma vez que, assistidos por médicos, haverá uma redução na incidência de moléstias nestes locais, colaborando para reintegração do detento na sociedade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando armamento e nova viatura policial (camburão) para o município de Roncador.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O armamento disponível naquela Delegacia de Polícia é precário e insuficiente para o bom desempenho dos policiais lotados na referida Delegacia. O estado atual da viatura policial é tão crítico que, na semana passada, teve uma de suas rodas soltas em pleno centro da cidade, causando sérios transtornos aos ocupantes do veículo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Educação, profesora Gilda Polí, solicitando a instalação de cursos de 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a série, diurno, no Distrito Sales de Oliveira, município de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

Durante reunião realizada na semana passada naquela localidade, constatamos que dezenas de estudantes dos cursos citados reclamaram da inexistência de cursos diurnos. Tendo em vista que a grande maioria de alunos é formada por moças que, não dispondo de condução própria, não encontram segurança para trafegar à noite pelas estradas da região, encontram-se impedidas de continuarem a estudar.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria do Interior, solicitando providências pela instalação de uma rede de água, através da SANEPAR, no Jardim Guaraituba, no município de Colombo.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) ERVIN BONKOSKI.

JUSTIFICATIVA:

Vem a população do Jardim Guaraituba há muito tempo reivindicando a instalação de uma rede de água. Inúmeros pedidos já foram endereçados aos órgãos competentes, sem encontrarem o eco esperado.

O Jardim Guaraituba, situado no município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, abrange outras localidades como: Jardins Cristina I e II, Jardim Nossa Senhora das Graças, a localidade de São Dimas e outras menores, todas carentes de água potável. Seus habitantes obrigam-se a se servir das águas de poços próprios, geralmente contaminadas por falta de salubridade, pondo em risco a saúde de seus consumidores. Ao todo, são cerca de 10.000 pessoas sujeitas a esse risco, esperando há anos pela instalação da desejada rede de água potável, recebendo sempre a alegação da "falta de verbas" dos órgãos competentes, frustrando-se seus anseios.

Nas imediações de Guaraituba, situa-se a localidade de São Dimas, pouco mais de 2.000 metros, onde alguns rios afluem do Capivari - Cachoeira, possibilitando-se daí a instalação da rede almejada, viável e economicamente em conta.

É o veemente apelo que se faz àquela Pasta e à SANEPAR, partido não apenas dos sacrificados moradores desprovidos do precioso líquido, como também das lideranças políticas do município de Colombo, pedindo as urgentes providências por um sagrado direito.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor

Diretor Presidente do BANESTADO, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo maior destinação de verbas para atendimento ao Crédito Rural da região do Ivaí.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Segundo informações da Agência do Banestado de Ivaí, os recursos existentes atualmente são insuficientes para atendimento de Crédito Rural aos produtores daquela região.

Mesmo os tradicionais clientes da Agência, estão encontrando dificuldades para serem atendidos, dada a falta de verba.

É necessária a liberação de aproximadamente CR\$ 700.000.000 (setecentos milhões de cruzeiros) para que o plantio das lavouras não sejam seriamente prejudicadas.

Esperamos que as providências necessárias sejam tomadas com a devida urgência, pois, o problema exige solução imediata.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, Doutor FRANCISCO ANTONIO DE ALBUQUERQUE NETO, solicitando a instalação do Núcleo da Secretaria na cidade de Cianorte, que atenderá aos Municípios de Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Nova Olímpia, Rondon, São Tomé, Tapejara, Terra Boa e Tunneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor-Presidente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER/ Pr, (ACARPA), Luiz Geraldo de Souza, através da Secretaria da Agricultura, solicitando a construção da sede própria da empresa no Município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

Cianorte conta atualmente com 70 mil habitantes, população esta essencialmente agrícola, fato demonstrativo da necessidade da construção da sede própria, uma vez que diversos Municípios menores ou de

igual porte já a possuem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor Affonso Alves de Camargo, sugerindo a imediata criação de uma linha de ônibus Curitiba-Campo Grande, Capital de Mato Grosso do Sul.

Tem sido grande o número de passageiros que se deslocam do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sul do Paraná, até a cidade de Londrina, onde apanham o ônibus até Campo Grande.

Os transtornos acabam sendo grandes, até mesmo pela dificuldade de ser marcada a passagem com antecedência ou não coincidência dos horários de saída dos veículos que servem a outra linha.

A criação da linha de ônibus Curitiba-Campo Grande trará importante colaboração para facilitar a viagem de milhares de brasileiros que necessitam se deslocar ao Estado de Mato Grosso, eliminando os problemas atuais.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ANTONIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná do Artigo "Saúde Escolar- Perspectiva de Desenvolvimento de autoria do médico e professor assistente do Departamento Materno-Infantil e Saúde Comunitária da Fundação Universidade Estadual de Londrina, em anexo.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos ANAIS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, da matéria jornalística de autoria do bacharel e professor curitibano Renato Requião, publicada no Jornal "O Estado do Paraná", em edição de domingo, dia 04 de agosto de 1985, sob o título "Curitiba, cidade fantasia", conforme recorte xerocopiado em anexo.

A matéria jornalística do advogado curitibano enfoca assunto da maior importância, visto tratar-se de uma análise realista e talentosa do agravamento do desordenamento urbano de nossa Capital.

Por estes motivos é que solicitamos a

transcrição da referida matéria jornalística nos ANAIS desta CASA DE LEIS, e temos certeza nosso requerimento contará com o total apoio dos ilustres Pares que compõe esta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, inteiro teor da "CARTA DOS ENGENHEIROS DO PARANÁ À SOCIEDADE", documento firmado por ocasião do 1.º Encontro Paranaense de Engenheiros-1.º ENPE -, realizado em nossa Capital, no período de 11 a 13 de julho do corrente ano.

Uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma ao Sindicato dos Engenheiros do Paraná, ao Instituto de Engenharia do Paraná e ao Conselho Regional de Engenharia e arquitetura-CREA/PR.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 114/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º- Fica criado no âmbito do Poder Legislativo, o Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná (BRASIL) e a Província de Matanzas (CUBA);

Art. 2.º- O Grupo Interparlamentar de Amizade de que trata o art. 1.º será constituído por representantes indicados pelos Poderes Legislativos do Estado do Paraná e da Província de Matanzas;

Art. 3.º- As finalidades e demais disposições do Grupo Interparlamentar de Amizade serão consubstanciados em Protocolo a ser firmado entre os representantes dos Poderes Legislativos do Estado do Paraná e da Província de Matanzas;

Art. 4.º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba é iminente. Nada mais oportuno, pois o normal é termos relações com todos os países.

Há alguns anos já se realizam inter-

câmbios culturais e mesmo comerciais entre Brasil e Cuba. Os excelentes resultados destes intercâmbios e a democratização do País contribuíram a que se instalasse o atual clima de expectativa quanto ao intercâmbio também no campo político, o que oficialmente ocorrerá com o reestabelecimento das relações diplomáticas.

Com este objetivo impõe-se a criação de mecanismos ou instrumentos que operacionalizem estes intercâmbios. E no campo político, é comum a existência de grupos inter-parlamentares de amizade que cumprem, de várias formas, esta finalidade.

Em recente visita à República de Cuba, tivemos oportunidade de conhecer seu sistema de representação popular, em particular o da Província de Matanzas, pioneira na implantação (1974) do Poder Popular e uma das regiões mais desenvolvidas daquele País, como se pode constatar pelo fato de registrar hoje um índice de mortalidade infantil igual a 11.7. Em audiência com o Deputado José Arañaburo, 1.º Secretário da Assembléia Nacional de Cuba, tomamos a iniciativa de iniciar entendimentos com vistas a uma possível e futura formalização de um grupo interparlamentar de amizade entre a Província de Matanzas e o Estado do Paraná. E é este passo, rumo à concretização da idéia que propomos hoje, através do presente projeto de resolução, para o qual solicitamos o apoio e a aprovação de todos os integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

Afinal, as palavras solidariedade e amizade entre os povos não são apenas intenções ou discursos, mas medidas práticas e objetivas. Podemos afirmar, com segurança, que diversos segmentos da sociedade paranaense manifestam já hoje a vontade de conhecer a realidade cubana, sentimento peculiar aos povos que se unem pelos mesmos ideais de liberdade, justiça e paz.

Portanto, este projeto de resolução propondo a criação do Grupo Interparlamentar de Amizade Paraná-Matanzas, o que faz é normatizar e abrir caminho para a prática deste belo e nobre sentimento que é a amizade entre os povos. Sua aprovação deve ser aceita como um ato natural daqueles que verdadeiramente representam o povo que os elegeu.

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 215/85

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná.

D E C R E T A :

Art. 1.º- O Artigo 32 da Lei n. 6174, de 16 de novembro de 1970, vigorará a par-

tir desta lei, com redação que lhe é dada:

"Art. 32 - Independe de limite de idade a inscrição em concurso de funcionário do Estado, dos Municípios, da Administração direta ou indireta quando o provimento do cargo objeto do concurso não vier a ensejar acumulação com cargo já ocupado pelo candidato".

Art. 2.º - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que a contrariem.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Estatuto dos Funcionários Públicos, que estabelece o regime jurídico dos funcionários civis do Poder Executivo, aplicado, subsidiariamente aos demais poderes que não disponham de Estatuto próprio, em seu artigo 30, delimita como idade máxima para inscrição em concurso público a de 45 anos. Seu artigo 32, entretanto, esclarece independe deste limite o candidato que já seja funcionário Público Estadual ou da Administração Direta e Indireta do Estado. No entanto, o dispositivo referido discrimina de maneira acentuada o funcionário municipal, vedando sua participação em eventos concursais, embora estes servidores não causem qualquer prejuízo, com suas inscrições, à administração estadual, vez que, em acurada análise, seus vencimentos são suportados pela mesma fonte, ou seja, os tributos pagos pela população. Ademais, a inserção destes servidores de municípios em concurso ensejaria, se aprovados, a única possibilidade de ter contado seu tempo de serviço municipal, para efeito de aposentadoria, como de resto já é alcançado por aqueles que se transferiram do município para o Estado, com idade limite inferior à prevista. Assim, para corrigir esta limitação é que propomos o presente Projeto de Lei Complementar, para o qual contamos com o apoio e aprovação dos Deputados com assento nesta Casa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 214/85
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1.º - É proibido, a partir desta lei, o uso do fumo nas dependências das Escolas, Creches e Praças de Esporte do Estado.

Art. 2.º - Compete aos diretores e responsáveis dos estabelecimentos, a fiscalização do cumprimento destas disposições.

Art. 3.º - Os infratores, seja eles do corpo docente ou discente, serão inicial-

mente, advertidos por escrito e, na reincidência, suspensos.

Art. 4.º - Nas dependências das instituições abrangidas por esta lei, serão afixados cartazes em tamanho e locais visíveis, com dizeres diretamente relacionados aos malefícios do fumo e os conseqüentes prejuízos à saúde.

Art. 5.º - Esta lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições que contrariem.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Embora vários atos já tenham sido editados no sentido de coibir o uso indiscriminado do fumo, em vários locais e dependências, os diplomas aludidos não tem sido respeitados, mesmo porque, são eles inespecíficos e gerais. De outra parte, vale referir que, sem uma válida campanha de esclarecimento sobre o mal causado pelo tabagismo, a população não se sensibiliza, dado ao desconhecimento das proibições vigentes. Por outro aspecto, os editos anteriores, não prevêm punição aos infratores. Todas estas considerações estão perfeitamente alinhadas no plano de lei que submetemos a esta Casa e para o qual aguardamos o apoio devido e conseqüente apreciação favorável.

PROJETO DE LEI N. 216/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob a forma de Fundação, a Faculdade Estadual de Agronomia de Clevelandia.

Art. 2.º - A fundação Faculdade terá regulamento próprio, aprovado pelo Governador do Estado, e gozará de autonomia administrativa e financeira, na forma da Legislação em vigor.

Art. 3.º - O Patrimônio inicial da entidade, afora os que o Estado houver por bem destinar, será constituído pelos imóveis, móveis, equipamentos e instalações do Colégio Agrícola Estadual Assis Brasil e por auxílios, doações, legados e outros, oriundos de pessoas naturais ou entidades públicas e privadas.

Art. 4.º - A receita da Fundação Faculdade será constituída por:

- a) auxílios constantes do Orçamento do Estado sob a forma de dotações globais e específicas para pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos.
- b) auxílios e subvenções constantes dos orçamentos da União e do Município.
- c) taxas e emolumentos escolares.
- d) rendas patrimoniais.

- e) rendimentos dos serviços presados.
- f) auxílios e contribuições de entidades públicas e particulares.

Art.5.º - A Fundação Faculdade será administrada pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho de Curadores.
- b) Congregação.
- c) Diretoria.
- d) Conselho Departamental.
- e) Departamentos.

§ 1.º - O Conselho de Curadores, composto de seis (6) membros nomeados pelo Governador do Estado, terá a função de aprovar o orçamento anual da Fundação, fiscalizar a sua execução e autorizar atos do Diretor não previstos no regulamento.

§ 2.º - A Congregação será constituída pelos professores catedráticos, professores de Ensino Superior, professores Interinos, Regentes de Cadeiras Vagas, e por representantes dos demais docentes e do corpo discente.

§ 3.º - O Diretor será nomeado pelo Governador, para cargo em comissão e mandato de dois (2) anos, escolhido em eleição direta da qual participam os corpos docentes e discente e os funcionários da Fundação, podendo ser reconduzido por duas vezes.

§ 4.º - O Conselho Departamental será composto pelos chefes de Departamentos e por representantes do corpo discente.

§ 5.º - Os Departamentos serão organizados na forma como dispuser o Regimento Interno da Fundação.

Art.6.º - Os membros do Conselho de Curadores terão mandato de seis (6) anos, renovados um terço, a cada dois anos.

§ 1.º - O conselho será nomeado pelo Governador, dentre pessoas de reconhecida capacidade e de ilibada reputação, sendo dois por dois anos, dois por quatro anos e dois por seis anos.

§ 2.º - A renovação do Conselho se dará por nomeação do Governador por membros indicados em lista triplíce pelos membros remanescentes.

Art.7.º - O Currículo será elaborado, de acordo com o que determinam as normas do Conselho de Educação, competente:

§ 1.º - A seriação das matérias será elaborada pelo Conselho Departamental e aprovada pela Congregação, devendo constar do Regimento Interno da Faculdade, ficando a matéria sujeita à aprovação do Conselho Estadual de Educação.

Art.8.º - Para o funcionamento da Faculdade será criado quadro próprio de Pessoal Docente e Técnico Administrativo.

Art.9.º - A Fundação Faculdade de Agronomia de Clevelândia, absorverá os recursos materiais e humanos do Colégio Agrícola Estadual Assis Brasil - Ensino de 2.º Grau, ficando ressaltados os direitos adquiridos de todo o pessoal a ele pertencente.

Art.10 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial destinado a cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei.

Art.11- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

A região Sudoeste, com quase 600 mil habitantes, é uma das que mais conservam as características agrárias e em cuja estrutura demográfica predomina a população rural. Enquanto a população total do Estado, entre os censos de 1970 e 1980, apresentou um modesto crescimento de 0,9 pontos percentuais, o Sudoeste registrou crescimento de 17% e essa tendência se manteve ao longo dos cinco anos da década atual, já que a estimativa para 1985 apresenta para a região uma população de 568.340 habitantes contra 521.219 em 1980.

Da população estimada para 1985, 345.862 constitui a população rural, correspondendo a 60,85 da população total, enquanto o Estado como um todo urbanizou-se rapidamente. Nenhum dos 29 municípios da região perdeu população ao longo da década de setenta, ao contrário do que ocorreu na maioria das demais regiões.

As atividades primárias, especialmente a agricultura e a suinocultura e a crescente criação de aves, constituem a base da atividade econômica da região que, em termos globais, concorre com 3% para a formação do Valor Adicionado do Estado. Em termos regionais, a agricultura tem um forte peso na composição do Valor Adicionado, concorrendo com% enquanto a indústria e o comércio concorrem com% e ...% respectivamente.

Por sua localização na parte mais oriental da região, fazendo divisa com Palmas, Clevelândia reúne as condições ideais para sediar uma Faculdade Estadual de Agronomia cuja criação é proposta por este projeto de lei como forma de manter a tendência vocacional da região e assegurar condições para manter o ritmo de expansão demográfica e das atividades econômicas como se tem verificado até agora.

Clevelândia, por outro lado, dispõe de pré-requisitos essenciais para o estabelecimento do ensino superior nessa importante área da formação profissional e técnica, requisitos esses constituídos pelo relevante trabalho desenvolvido pelo Colégio Agrícola Estadual "Assis Brasil", criado como Escola dos Trabalhadores Rurais em 1953, portanto, há mais de 30 anos.

A par da privilegiada localização de

Clevelândia para sediar uma escola superior voltada para a formação de técnicos para a atividade agrícola, podendo beneficiar inclusive a região vizinha de Santa Catarina, a existência do Colégio "Assis Brasil" que tem formado dezenas e dezenas de técnicos de nível médio ao longo de muitos anos- sendo que hoje tem um corpo discente de 191 alunos- constitui outro fator determinante para a concretização dessa iniciativa, pela possibilidade imediata de utilização das instalações, equipamentos, recursos humanos e dos excelentes campos destinados a experimentos agrícolas que constituem importante acervo já construído e desenvolvido pelo Colégio Assis Brasil.

A maioria das regiões do Paraná conheceu os efeitos perversos do êxodo rural, pela falta de condições para a população rural permanecer em seu meio e aí viver com dignidade, e isso com todos os reflexos sobre os centros urbanos maiores. A região sudoeste foi a que menos expulsou o trabalhador rural e sua família.

A instalação de um estabelecimento de ensino superior nessa área visa justamente contribuir para o aproveitamento dessas pré-condições existentes, daí acreditar-se, aprovado o projeto, na sanção governamental como reconhecimento à notável contribuição da gente do Sudoeste para o desenvolvimento do Estado.

PROJETO DE LEI N. 217/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica criado o Município de Ventania com território desmembrado do Município de Tibagi, sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985
(a) FRANCISCO ESCORSIN.

JUSTIFICATIVA:

O atual Distrito Administrativo de Ventania, no Município de Tibagi, vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados.

Este desenvolvimento vem sendo consolidado face ao efetivo trabalho da sua população que, de longa data, vem aspirando a sua emancipação política, a fim de que esse crescimento não venha a sofrer solução de continuidade.

A documentação que anexo apresentamos, comprovam os requisitos essenciais para que Ventania se constitua em novo Município.

É a proposição que apresentamos e que temos a certeza merecerá o total apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 218/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica criado o PARQUE ESTADUAL PAPA JOÃO PAULO II, constituído por imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 46.337 m.² (quarenta e seis mil, trezentos e trinta e sete metros quadrados), localizado no Centro Cívico, nesta Capital, matriculado no Livro n. 351 do Cartório de Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição Imobiliária de Curitiba sob os n.s R. 1/M6964, R 1/6945 e R/M6946.

Art.2.º- Fica declarado de preservação permanente o bosque existente na área especificada no artigo anterior, de acordo com o disposto na alínea h do art. 3.º da Lei n. 4771, de 15 de setembro de 1965.

Art.3.º- O Poder Executivo baixará decreto regulamentando a utilização do local como área, de lazer, de manifestações culturais e etnológicas e de preservação da flora e fauna.

Art.4.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985
(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

Uma das mais belas e ricas reservas ecológicas de Curitiba, adquiriu maior dignidade e importância quando da visita, em dezembro de 1980, de sua Santidade o Papa João Paulo II, à nossa Capital. Aquela logradouro-propriedade do Estado, tornou-se popularmente conhecido como Bosque João Paulo II, não apenas em comemoração ao ilustre visitante mas também como homenagem à laboriosa colônia polonesa, fator primordial de progresso de nossa cidade.

Se justo e meritório é o fato concreto, urge o ato oficial. Em atenção ao ofício a nós enviado pela Missão Católica Polonesa do Brasil, datado de 18 de abril de 1985, vimos solicitar a Criação do parque Estadual João Paulo II, constituído por imóvel de propriedade do Estado do Paraná, cujo Poder Executivo deverá preservá-lo permanentemente para que a citada área permaneça útil à comunidade curitibana, quer como área de lazer, de manifestações culturais e etnológicas, quer como preservação da flora e da fauna de nossa Capital.

Este anteprojeto de lei vem reconhecer uma situação concreta já existente, uma vez que o referido logradouro está integrado ao "modus vivendi" da gente curiti-

banas, que nele encontra uma resposta aos seus anseios de paz e tranqüilidade merecidas ao cabo de uma semana exaustiva de trabalho. Da mesma forma, com a preservação do citado parque esta comunidade recebe a garantia de que seu direito inalienável de "respirar bem para viver bem", está consolidado, e, ao mesmo tempo, esta comunidade manterá um espaço valioso para o incremento da cultura paranaense.

Diante de tantos benefícios, a comunidade nos dá respaldo e incentivo para que o anteprojeto da Criação do Parque Estadual João Paulo II venha legalmente regularizar uma situação concreta e, concomitantemente, fiel aos princípios de participação popular da Nova República, venha afirmar os ideais democráticos que norteiam a todos nós, legítimos representantes do povo.

PROJETO DE LEI n. 219/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito à PROFESSORA POMPÍLIA LOPES DOS SANTOS.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

Neste momento político-histórico para a Nação brasileira - a participação das mulheres tem sido de relevante importância. Elas constituem, hoje, uma significativa presença enquanto força produtiva e trabalhadora em todos os níveis e sob todos os aspectos. No entanto, ainda é débil o número daquelas que, por representarem uma gama de virtudes, se destacam e alcançam um renome que ultrapassa as fronteiras de sua terra natal. No Paraná se encontra alguns desses valores exponenciais, com destacada atuação na política, na administração, nas áreas da Educação e Saúde e na Cultura. Mas, dentre todas essas mulheres, o Paraná reconhece o devido destaque ao nome da Professora, escritora, poetiza e pioneira Pompília Lopes dos Santos.

A obra de Pompília Lopes dos Santos traduz a fidelidade à própria personalidade desta mulher, que, movida por um inconfundível dinamismo e por uma indisfarçável "joie de vivre", descreve com absoluta nitidez o sentido da humanidade e a importante e incomparável presença do Homem como fator primordial para traçar os rumos da História. Biógrafa das mais brilhantes, Pompília Lopes dos Santos, exalta o heroísmo e o denodo dos seus personagens - Ra-

chel Prado e Azevedo Macedo o comprova na busca de sua realização pessoal em meio aos desafios que teimam em se fazer presentes. Tanto em "A FILA TRISTE", romance, quanto, em "ORIGENS", com alto sentido filosófico, e, em sua mais recente produção literária "CAMINHADA", a odisséia de sua vida, Pompília, a multifacetada, esta como pano de fundo, escrevendo com mais recôndito recanto de seu coração feminino, todo ele ternura, todo ele afeição e magnitude.

O título de Cidadã Benemérita do Paraná a Pompília Lopes dos Santos é um reconhecimento que a gente paranaense faz a um dos nomes femininos de maior pujança nacional, responsável pelo surgimento de inúmeras lideranças artísticas e literárias, que, motivadas pela sua personalidade e carisma pessoal, nela encontram apoio e incentivo ao longo de sua existência. Com tal homenagem, o Paraná reconhece também, a vital importância que a literatura contém e o respeito que as artes merecem nos novos tempos democráticos por que passam o Paraná e a Nação. Homenageando Pompília Lopes dos Santos, o nosso estado, enaltece a mulher paranaense, nela refletida e por ela irradiada.

PROJETO DE LEI N.220/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE GUARANIAÇU - APAE, com sede e foro no Município de Guaraniaçu.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

As documentações anexas, comprovam e preenchem todos os requisitos exigidos pela Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre normas para declaração de Utilidade Pública de Associações no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Lamentavelmente, agrava-se a situação existente na Delegacia da FUNAI em Londrina. Neste final de semana, cerca de dez a doze caciques, de várias reservas do Paraná, especialmente do Norte do Estado, chegaram ao recurso extremo de declarar greve

de fome, numa tentativa de apressar as negociações que a Presidência da FUNAI vem negando a dar início.

É lamentável que um órgão, que por tantos anos foi desacreditado em nosso País, penalizando a comunidade indígena de uma forma geral, venha, neste momento do novo Governo, a encontrar o retrocesso na sua ação.

É notório que há oito ou dez meses, já antes da própria mudança do Governo Federal, a FUNAI vinha desenvolvendo um tipo de trabalho realmente comprometido com as comunidades indígenas. No entanto, essas recentes mudanças, a nível de presidência nacional da FUNAI, com a decisão de se demitir o Delegado da FUNAI em Londrina, causaram revolta no centro da comunidade indígena. Desativada a Delegacia, retornando sua sede a Bauru, de triste memória, nós encontramos, na imprensa nacional, neste fim de semana, a notícia da greve de fome pela reabertura da Delegacia da FUNAI na cidade de Londrina.

Esse registro, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tem a intenção de, mais uma vez, alertar as autoridades responsáveis pela questão indígena, a nível da FUNAI, procurando contar com a simpatia e o apoio, como sempre tem contado nesta Assembléia, por parte de todos seus integrantes, para uma solução negociada neste impasse criado já há cerca de 15 dias.

Segundo assunto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que nos traz à tribuna, nesta tarde, é solicitar da parte de todos os integrantes desta Casa, o apoio e a aprovação de um requerimento de nossa autoria, propondo uma mensagem ao Presidente José Sarney, na condição de Presidente do Conselho de Segurança Nacional, solicitando imediato restabelecimento de relações diplomáticas com a República de Cuba. É impossível, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que novamente o Brasil, em termos de relações internacionais, venha a seguir os passos, venha a seguir posteriormente a uma deliberação dos Estados Unidos da América, a restabelecer estas relações.

Neste momento justamente, o Conselho Nacional está analisando, segundo informações da Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional, o processo que pleiteia o restabelecimento iniciado, por iniciativa da própria Comissão de Relações Exteriores do Congresso Nacional, por iniciativa do Deputado Federal Márcio Santini, está para deliberar a respeito do assunto, e a nossa intenção é justamente que o Estado do Paraná, através da sua Assembléia Legislativa, se manifeste junto ao Conselho de Segurança Nacional, na pessoa do seu Presidente, apoiando a necessidade

do pronto restabelecimento dessas relações, por interesse cultural, comercial inclusive, e do reforço da luta pela paz no Continente Americano.

É notório para todos, já a fase adiantada de relações culturais e comerciais, que o Brasil tem com essa República da América Latina.

Aguardamos, portanto, o apoio e a aprovação de todos.

Era só, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Próximo orador inscrito, Senhor Deputado Airton Cordeiro, que está com a palavra.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acabo de encaminhar um requerimento à Mesa, convocando para comparecer a esta Casa, o Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, Fabiano Campelo, para vir explicar aos Senhores Deputados, os termos do Edital de Concorrência n. 02/85, que trata da execução de obras de abastecimento de água para os municípios de Londrina e Cambé, no norte do Estado.

Já denunciei, anteriormente, desta Tribuna, o dirigismo desse edital de concorrência draconiano, para todas as empresas paranaenses. Recentemente, o jornal "Indústria e Comércio" anunciou a presença de dirigentes da Empresa Camargo Correia, de São Paulo, em Londrina, que nos escritórios da SANEPAR tomaram conhecimento de detalhamento técnico mais aprofundado dessa obra.

Devo lembrar aos Senhores Deputados que o discurso político do Governo do PMDB centrou-se na paranização de aquisição de bens, e na construção de obras públicas, e foi este um dos apelos eleitorais do PMDB, para chegar ao Governo do Estado. Vemos que, hoje, na área da SANEPAR, essas obras ficaram no limite de aberturas de valetas e de pequenos consertos.

E a paranização caiu, foi por água abaixo, sem nenhum trocadilho com o sistema de abastecimento de água de Londrina e Cambé.

Estão escancaradas as portas daqui para a frente, para todas as grandes empresas nacionais que pretendam participar das concorrências públicas promovidas pelo governo do Paraná. Em tempo algum a SANEPAR ofereceu vantagens às empresas paranaenses, como oferece nessa licitação que tem por finalidade última, contratar os serviços desse sistema de Londrina e de Cambé.

Queremos e é de nosso dever, preservar o interesse do empresariado paranaense, mas não só do empresário paranaense, como também dos trabalhadores paranaenses, pois na medida em que os serviços públicos fo-

rem contratados, com empresas do Paraná, os nossos trabalhadores terão assegurados o seu mercado de trabalho, o que não acontecerá, no caso de Londrina, se entregue efetivamente essa obra de quase duzentos bilhões de cruzeiros, para uma empresa de São Paulo.

Consequentemente, interessa a esta Assembléia Legislativa, no intuito fundamental de defender os paranaenses como um todo, obter explicações claras da SANEPAR sobre este edital de concorrência.

Causa-me profunda estranheza que este assunto já tenha sido levantado aqui nesta Casa, tenha sido abordado por órgão de comunicação aqui de Curitiba e não tenha havido um único pronunciamento, nem da SANEPAR, nem da Secretaria do Interior, nem de qualquer um dos senhores Parlamentares governistas com assento nesta Casa.

Este dado é sintomático e nos faz acreditar de que a denúncia tem todo o fundamento e de que o edital desta concorrência está dirigido para um grande grupo de São Paulo, postergando os interesses dos empreiteiros de obras públicas do Paraná e aviltando o mercado de trabalho paranaense, porque enquanto os nossos trabalhadores não têm onde trabalhar, o Governo do PMDB vai buscar uma empresa de São Paulo para execução de uma obra tão importante.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado. (Ausente).

Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Na verdade, nós intencionávamos ocupar o Grande Expediente na tarde de amanhã, mas com a oportunidade pela ausência do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, nós acreditamos que seja oportuno já, neste dia mesmo, abordamos os dois assuntos que gostaríamos de trazer à apreciação da Assembléia.

O primeiro deles diz respeito ao processo de escolha para Reitores das Universidades do Paraná.

Na última sexta-feira, a Universidade Federal do Paraná, teve um momento histórico quando, em reunião pública, pela primeira vez na sua vida, realizou uma deliberação do Conselho Universitário em audiência pública, com a presença de integrantes da comunidade universitária e da comunidade em geral, tomando deliberações referentes ao processo de escolha do próximo Reitor.

Acatando integralmente as propostas da

comunidade universitária, que de há longa data já vinha sendo objeto de reivindicação, ou seja, o voto paritário de professores, alunos e funcionários, a colocação do mais votado na cabeça da lista sextupla, a eleição em um turno, e os compromissos de integrantes do Conselho Universitário e da comunidade universitária, estabeleceu uma comissão eleitoral paritária.

Isso tudo aconteceu, Senhor Presidente e Senhores Deputados, na Universidade Federal do Paraná. No entanto, também as Universidades Estaduais do Paraná, e em particular a de Londrina, a Universidade Estadual de Londrina, vive no momento o intenso processo de discussão, justamente a respeito da sucessão do atual Reitor, o que deverá ocorrer no início do próximo ano.

A comunidade Universitária de Londrina, luta há anos e nós somos testemunha e parte desta luta, não só este Deputado como o Deputado Fiori Luiz, o Deputado Homero Oguido, em busca da conquista do direito à escolha pelo voto secreto e direto de professores, alunos e funcionários, e os dirigentes máximos daquela Instituição.

Continua havendo, no entanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, resistências a esse processo democrático e que agora no novo Governo tudo indica tenha mais condições de prosperar e consolidar. Esse assunto, portanto, nós trazemos aqui, num alerta a que esta Assembléia venha nos próximos dias a se pronunciar formalmente, em apoio ao processo de eleição direta dos Reitores das Universidades e demais Instituições de ensino superior no Paraná, e em particular a que está já aí em eminente processo de decisão, que é a Universidade Estadual de Londrina.

Há um projeto de lei de nossa autoria na Comissão de Educação desta Casa, sobre o qual estamos urgenciando os entendimentos com vistas a que venha rapidamente ao plenário, pois embora a legislação federal e em particular a Lei n. 5540 continua estabelecendo o processo autocrático de escolha, já como se contornar esta disposição legal, que segundo o próprio Ministro do Estado da Educação, Marco Maciel, em recente entrevista à imprensa, declarou a sua intenção de promover a sua revogação, sendo que já existe no Congresso Nacional uma emenda do Deputado Roberto Freire, de Pernambuco, propondo a modificação dessa própria lei, dos artigos que estabeleceriam a partir da aprovação dessa emenda da eleição direta para dirigentes das instituições de ensino superior no País.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a intenção nossa, ao abordar esse assunto nesta tarde, é chamar a atenção para uma situação extremamente importante,

do ponto de vista educacional, do ponto de vista político, que é a forma de escolha dos futuros dirigentes das instituições de ensino superior que existam no Estado do Paraná. Em particular a nossa região no Norte do Paraná, a Universidade Estadual de Londrina que já vive um clima de mudança do atual para o futuro Reitor.

Outro assunto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, diz respeito a criação de um Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná e a Província de Matanzas, República de Cuba. Passo a ler aqui a justificativa desse projeto de Resolução, que, a partir de hoje, submetemos à apreciação, à análise, e tenho certeza a aprovação dos integrantes desta Casa.

Em quatro artigos se estabeleceu os princípios da criação de um instrumento como esse, grupo Interparlamentar de Amizade entre os dois Estados, de dois países, já prática rotineira em outras Assembleias Legislativas do País, e que aqui, no Paraná, gostaríamos de ver inaugurado com essa nossa iniciativa. (Lê):

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 114/85

SÚMULA:

Institui Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná e a Província de Matanzas.

Art.1.º - Fica criado no âmbito Legislativo, o Grupo Interparlamentar de Amizade entre o Estado do Paraná (BRASIL) e a Província de Matanzas (CUBA);

Art.2.º - O Grupo Interparlamentar de Amizade de que trata o art. 1.º será constituído por representantes indicados pelos Poderes Legislativos do Estado do Paraná e da Província de Matanzas;

Art.3.º - As finalidades e demais disposições do Grupo Interparlamentar de Amizade serão consubstanciados em Protocolo a ser firmado entre os representantes dos Poderes Legislativos do Estado do Paraná e da Província de Matanzas;

Art.4.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23/09/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

O restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Cuba é iminente. Nada mais oportuno, pois o normal é termos relações com todos os países.

Há alguns anos já se realizam intercâmbios culturais e mesmo comerciais entre Brasil e Cuba. Os excelentes resultados destes intercâmbios e a democratização do País contribuíram a que se instalasse o

atual clima de expectativa quanto ao intercâmbio também no campo político, o que oficialmente ocorrerá com o reestabelecimento das relações diplomáticas.

Com este objetivo impõem-se a criação de mecanismos ou instrumentos que operacionalizem estes intercâmbios. E no campo político, é comum a existência de grupos inter-parlamentares de amizade que cumprem, de várias formas, esta finalidade.

Em recente visita à República de Cuba, tivemos oportunidade de conhecer seu sistema de representação popular, em particular o da Província de Matanzas, pioneira na implantação (1974) do Poder Popular e uma das regiões mais desenvolvidas daquele País, como se pode constatar pelo fato de registrar hoje um índice de mortalidade infantil igual a 11.7. Em audiência com o Deputado José Arañaburo, 1.º Secretário da Assembléia Nacional de Cuba, tomamos a iniciativa de iniciar entendimentos com vistas a uma possível e futura formalização de um grupo interparlamentar de amizade entre a Província de Matanzas e o Estado do Paraná. E é este passo, rumo à concretização da idéia que propomos hoje, através do presente projeto de resolução, para o qual solicitamos o apoio e a aprovação de todos os integrantes da Assembléia Legislativa do Paraná.

Afinal, as palavras solidariedade e amizade entre os povos não são apenas intenções ou discursos, mas medidas práticas e objetivas. Podemos afirmar, com segurança, que diversos segmentos da sociedade paranaense manifestam já hoje a vontade de conhecer a realidade cubana, sentimento peculiar aos povos que se unem pelos mesmo ideais de liberdade, justiça e paz.

Portanto, este projeto de resolução propondo a criação do Grupo Interparlamentar de Amizade Paraná-Matanzas, o que faz é normatizar e abrir caminho para a prática deste belo e nobre sentimento que é a amizade entre os povos. Sua aprovação deve ser aceita como um ato natural daqueles que verdadeiramente representam o povo que os elegeu."

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esse projeto de resolução propondo a criação do Grupo Interparlamentar de Amizade Paraná-Matanzas, o que faz é, normatizar e abrir caminho para a prática deste belo e nobre sentimento, que é, a amizade entre os povos!

Sua aprovação deve ser aceita como um ato natural daqueles que verdadeiramente representam o povo que os elegeu!

Esse, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eram os dois assuntos que gostaríamos de tratar, a nível de tribuna, nesta tarde de hoje.

Agradeço a atenção. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Esta presidência consulta à Liderança da Frente Liberal, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado?

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Fim do inverno, estamos já, em plena primavera. A época das flores, da transformação, a época em que a Natureza se engalana, enfeitando-se de sorrisos e de cores.

E a primavera começa com o dia da árvore, a semana da árvore. Em torno dela, as escolas organizam suas comemorações, procurando desde cedo incutir nas crianças o respeito pela natureza. O amor à árvore, que nos dá sombra, flores e frutos. Que nos dá, sobretudo, o equilíbrio biológico de que tanto necessitamos.

Lamentavelmente, porém, hoje em dia, o dia da árvore não apresenta muita justificativa para ser comemorado. Talvez, devêsse ser apenas motivo de reflexão, tal o alarmante descaso com que as autoridades brasileiras encaram o problema do equilíbrio ambiental.

O Paraná, por exemplo, em menos, de meio século perdeu quase toda a sua vegetação natural. Onde estão as grandes e exuberantes florestas nativas do norte, noroeste e oeste do Estado? Onde estão aquelas ricas matas que tanta riqueza davam às terras paranaenses, tornando-as conhecidas como o Eldorado Brasileiro?

Acabaram-se. Simplesmente desapareceram, tombadas que foram por mãos gananciosas e insaciáveis. Em seu lugar, sem qualquer critério, surgiram os cafezais, frondosos e produtivos a princípio. Castigados pela natureza, hoje, quantidade mínima ainda resiste. Em seu lugar, espalham-se as pastagens, entremeadas a plantações de cana. E tudo ameaçado pela voracidade impiedosa, pela erosão incontrolável, especialmente na região noroeste do Estado.

Castigo cruel para quem não soube respeitar aquilo que a natureza, anos após anos, séculos após séculos, criou e que o homem simplesmente destruiu.

Mas, a destruição do verde não se deu apenas no norte do Estado. Longe disso.

Também o sul e o sudoeste não souberam poupar a grande e insubstituível riqueza que tanto marcou o Paraná, devastando seus pinheirais, a sua característica Araucária. Foram milhões de árvores, milhões e milhões de metros cúbicos de madeira, serrada e comercializada indiscriminadamente.

Hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que nos resta? Cinco por cento de matas naturais, se tanto. Cinco por cento daquilo que já foi uma cobertura

natural riquíssima.

Nesta primavera, por certo, a natureza não está em festa. Ela chora com certeza, diante da cruel insensatez dos que teimam em eliminar de vez o pouco, quase nada, que ainda nos resta.

Onde estão os órgãos preservacionistas? Onde estão aqueles que, por dever e obrigação, devem fazer um supremo esforço, a fim de preservar as poucas áreas verdes que nos restam? Onde está o patriotismo, o bom senso, o respeito à mãe natureza?

Deixo, aqui, o meu lamento e, ao mesmo tempo, o meu apelo à conscientização de todos: é preciso salvar o que sobrou, é preciso respeitar a natureza. É preciso devolver a ela aquilo que dela se tirou, reflorestando principalmente as margens dos rios e ribeirões. É preciso reparar o crime que se cometeu e que, para vergonha nossa, ainda se comete, quase sempre impunemente.

E essa é tarefa de todos nós".
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a Representação do PMDB. (Declina).

Concedo a palavra à Representação do PDS. (Declina). Concedo a palavra à Representação do PDT. (Ausente).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente de sessão anterior, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial que apreciará as Emendas à Constituição que se encontram em tramitação nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde. Inclua-se na Ordem do Dia 24/09/85.

Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 321/84, que autoriza o Poder Executivo instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná – FUNCITEC, na forma que especifica. (Publicado no D.A. 123, de 20/11/84).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a retirada por 3 (três) sessões plenárias do Projeto de Lei n. 321/84, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná – FUNCITEC. Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 321/84, por 3 (três) sessões.

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 15/85, que declara de Utilidade Pública a entidade LAR DOS VELHOS

DESEMPARADOS DE LOANDA, com sede e foro no Município de Loanda. Aprovado. (Publicado no D.A. 10, de 12/3/85).

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 30/85, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE ENGENHEIROS FLORESTAIS – APEF, com sede nesta Capital. Aprovado. (Publicado no D.A. 21, de 1º/4/85).

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 35/85, (Mensagem n. 72/85), que objetiva revogar o Art. 2º, da Lei n. 7550, de 17/12/81, ficando restaurada a redação original do Art. 6º e de seu parágrafo único, da Lei n. 6.407, de 07/07/73. (Composição do Conselho de Administração do IPARDES). Aprovado. (Publicado no D.A. 11, de 13/3/85, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 45/85, que declara de Utilidade Pública, ASSOCIAÇÃO FEMININA ACÁCIAS DE CURITIBA, com sede e foro nesta Capital. Aprovado. (Publicado no D.A. 25, de 11/4/85).

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 95/85, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PATOBRANQUENSE DO MEIO AMBIENTE – APAMA, com sede e foro no Município de Pato Branco. Aprovado. (Publicado no D.A. 49, de 30/5/85).

REDAÇÃO FINAL – Do Projeto de Lei n. 133/85, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES. (Anexo a este o Projeto de Lei n. 139/85, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO). Aprovado. (Publicado no D.A. 68, de 1º/8/85).

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei Complementar n. 217/84, de autoria do Deputado TRAJANO BASTOS, que dispõe sobre a Organização dos Municípios e dá outras providências.

Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDAS DA COMISSÃO ESPECIAL, por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o adiantamento da discussão e votação por 4 (quatro) sessões para o Projeto de Lei Complementar n. 217/84, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. – Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 217/84 por 4 (quatro) sessões.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 244/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA PAULA, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 275/84, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, com sede e foro no Município de São Pedro do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 05/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ANTONIO E MARCOS CAVANIS, com sede e foro no Município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 28/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL OFICINA – ASSEDOF, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 41/85, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que denomina ÁLVARO GODOY a estrada que liga o Distrito de São Luiz, no Município de Londrina, à PR-445 (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 47/85, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de Utilidade Pública a CRECHE RECANTO PAULO VI, com sede e foro no Município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 52/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUILÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VILA PINTO, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 65/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 93/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Fundação I Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, a área de terreno com 1.134.22 m², denominada “Reserva H”,

localizada na Cidade de Cascavel, objeto da Transcrição sob n. 33.210, do Livro 3-BC, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 67/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova Redação ao artigo 3.º da Lei n. 7.231 de 24/10/79.

(Proíbe a transferência à terceiros da área que especifica, podendo o Município de Rio Azul doar à SANEPAR, 900 m2 (novecentos metros quadrados). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 72/85, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstos na Lei n. 7811, de 29/12/83, com alterações da Lei n. 8067, de 28/12/84, vigentes e, 30/04/85, por um período de 60 (sessenta) dias, a contar daquela data. Com EMENDA DE PLENÁRIO E PARECER da C.C.J., considerando-a em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 72/85

PARECER:

A presente emenda, da lavra do nobre Deputado Erondy Silvério, objetiva substituir a redação do art. 1.º do Projeto de Lei n. 72/85, de autoria do ilustre Deputado Adhail Sprenger Passos, a fim de manter inalterados os valores das taxas de serviços do DETRAN, prevendo a alteração dos mesmos somente através da lei especial.

A exemplo de nosso posicionamento em relação ao plano de lei original, entendemos que, em razão desta Comissão já ter encaminhado à votação proposições semelhantes, a emenda deverá ser submetida à apreciação do Plenário.

Assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal que possa impedir o seu encaminhamento à votação, opinamos no sentido de que o PROJETO ESTÁ EM CONDIÇÕES DE SER LEVADO À APRECIÇÃO DO PLENÁRIO, JUNTAMENTE COM A EMENDA, cabendo aos Senhores Deputados, dentro de suas prerrogativas, decidir pela sua aprovação ou não.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LUCIO MACHADO – Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário ao Substitutivo Geral, de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

★ SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI N. 72/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º – Os valores monetários das taxas de serviços do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstas na Lei n. 7811, de 29 de dezembro de 1983, com as alterações da Lei n. 8067, de 28 de dezembro de 1984, vigentes em 30 de abril de 1985, ficam mantidos e inalterados, a partir dessa data, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2.º – Permanecem inalterados, até 31 de dezembro

de 1985, os valores monetários das taxas de serviços previstas nos itens 1.1, 1.2, 1.3 e 9.4, do Anexo I, da Lei n. 7811, de 28 de dezembro de 1983 e, nos itens 14.4 e 14.9, do Anexo III, da Lei n. 8067, de 28 de dezembro de 1984, vigentes em 30 de abril de 1985.

Art. 3.º – Fica vedada, até 31 de dezembro de 1985, a incidência do índice de reajuste baseado no Valor da Referência Regional (VRR), a ser fixado no mês de novembro de 1985 sobre as taxas de serviços de que trata o art. 1.º desta Lei.

Art. 4.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1985.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Apoio: Caíto Quintana, Hermas Brandão, Paulo Furiatti, Ferrari Júnior, Nelson Vasconcellos, e Orlando Pessuti.

JUSTIFICATIVA:

A medida legal que se pretende adotar através do projeto de lei ora apresentado aos ilustres Pares com assento nesta Assembléia Legislativa, tem por objetivo amenizar, junto à comunidade, o impacto do reajuste legal e automático, eis que essas taxas estão vinculadas ao Valor de Referência Regional, fixado em maio e novembro pelo Governo Federal, quando se alteram, também, os níveis do salário mínimo.

Em que pese a substancial redução na receita, a manutenção dos valores de algumas taxas de serviços até o término deste exercício, impõem-se, pelo seu caráter social, na medida em que visa postergar a repercussão da carga tributária sobre o usuário.

Os serviços e taxas cuja remuneração se propõem permaneçam estáveis são exatamente aqueles mais diretamente destinados ao atendimento dos interesses de pessoas físicas (Carteira Nacional de Habilitação, Renovação de Exame, Exame Prático de Direção, Certidão Negativa de Multas e Fotocópia Autenticada), representando a mais expressiva gama de fatos geradores dentre os que compõem o elenco das atividades administrativas do órgão de trânsito.

A aprovação e posterior sanção desta proposição ensejaria, no prazo de tempo por ela abrangido, condições ao Governo do Estado de reavaliar as taxas do DETRAN, de modo a não onerar o contribuinte.

Assim, levamos a proposição formulada a exame desta Casa, esperando o necessário apoio e a posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa informa que a aprovação do Substitutivo Geral de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos e outros Srs. Deputados se aprovados, prejudicará a emenda de autoria do Deputado Erondy Silvério, que passará a ser lida pelo 1.º Secretário. (O Sr. 1.º Secretário lê a Emenda ao Projeto de Lei 72/85 do Deputado Erondy Silvério).

A Mesa vai submeter à votação o Substitutivo Geral apresentado pelo Deputado Adhail Sprenger Passos e já lido pelo Sr. 1.º Secretário. Informa, para orientação de votação, que a aprovação da emenda substitutiva do Deputado Adhail Sprenger Passos prejudicará a Emenda do Deputado Erondy Silvério.

Em votação o Substitutivo Geral APROVADO.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Tem a palavra, pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA – Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Vai se proceder a chamada nominal.
(É feita a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. ERONDY SILVÉRIO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro meu pedido de verificação.

O SR. CAÍTO QUINTANA – (Pela Ordem) Sr. Presidente, retiro meu pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) Está aprovado o substitutivo, prejudicada a emenda.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 82/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA AMÉLIA BOUDIET, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 86/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a CASA DE OXALÁ, com sede e foro, no Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 87/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 89/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA CANTU, com sede no Município de Nova Cantu e foro na Comarca de Ubatuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 91/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que regulamenta a requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder Público Estadual, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 103/85, de autoria

do Deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina ESCOLA ESTADUAL TREOFÂNIO AGAPITO MALTEZZO, o estabelecimento de ensino de 1.º Grau da Cidade de Cafelandia, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 105/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina de JOÃO TAVARES DA SILVA, a estrada que liga Warta-Bela Vista do Paraíso – Primeiro de Maio. (PR - 445), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 106/85, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA – AFSEAG/PR., com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 107/85, de autoria do Deputado NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS, que autoriza o Poder Executivo, doar o imóvel constituído pela Data n. 11, Quadra 11, Zona 02, com área de 523,80m², localizado na cidade de Umuarama, à Prefeitura Municipal de Umuarama, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 108/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza o Poder Executivo a permutar área de terras de propriedade do Estado, localizado na cidade de Andaraí, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 113/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina de “DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO”, a Rodovia PR-424, que liga o município de Itatara ao município de Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 116/85, de autoria do Deputado ERVIN BONKOSKI, que autoriza o Poder Executivo a doar área de terra de propriedade do Estado, ao município de Pien, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 236/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta, Indireta e Autárquica, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 91/84, de 20.09.84).

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 236/84.

De autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, o presente plano de lei pretende regular a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing), pela Administração Direta, Indireta e Autárquica pelo Poder Público.

De acordo com a justificativa apresentada pelo autor, a medida proposta tem por finalidade estabelecer critérios visando iniciar a promoção e o enquadramento das operações de

arrendamento mercantil, às leis do orçamento e de licitações públicas, facilitando desta forma o controle e a fiscalização da utilização pelo Poder Executivo por essa nova espécie de operação mercantil, cotidianamente utilizada pelos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta e Autárquica, inclusive Fundações e empresas controladas direta e indiretamente pelo Poder Público.

No âmbito de competência desta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre a legalidade e constitucionalidade da matéria, nada temos a opor à normal tramitação do presente plano de lei, opinando-se favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

CAÍTO QUINTANA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Lei n. 241/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EPILEPTICOS DE PATO BRANCO", com sede e foro na cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. 93/84, de 25.9.84).

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 241/84.

O presente Plano de Lei n. 241/84, de autoria do nobre Deputado Nilso Romeu Sguarezi, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS EPILEPTICOS DE PATO BRANCO", com sede e foro na cidade de Pato Branco.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria (Lei n. 6.994 de 10.01.78), inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Roberto Mickosz, ocorrido no dia 16 de setembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Mário Kiginhote, ocorrido no município de Ubatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Anadão Molina, ocorrido no município de Ubatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Ribeiro Guimarães, ocorrido no dia 19 de setembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Elisa Felde de Campos, ocorrido no dia 6 do corrente mês, no município de Inácio Martins. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Domingos Ribeiro, ocorrido no dia 18 de setembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Joaquim Silveira, ocorrido no dia 21 de setembro do corrente ano, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ayrton Berger, ocorrido no dia 22 de setembro do corrente ano, no município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ayrton Berger, ocorrido no dia 22 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 175/85, que dispõe sobre a transferência de direitos sobre um terreno à Universidade Estadual de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, objetivando estudos no sentido de implantação do número de terminais telefônicos para o município de Marialva. - Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de aplauso ao Senhor Secretário da Segurança Pública pela outorga da Medalha do Mérito Rodoviário. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a criação de uma linha de ônibus Curitiba - Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Escola São José - Ensino de 1.º Grau, pela comemoração do 80.º aniversário de atividades. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Senhor Presidente da República, para que seja adotado o reajuste trimestral de salário no País. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, para que o mesmo determine à FUNDEPAR, a construção de mais quatro salas de aula no Colégio Estadual "Orlando L. Zamprônio - Ensino de 1.º e 2.º Graus, no distrito de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 18.º aniversário de fundação do município de Nova Aurora. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/Pr. (ACARPA), por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a construção da sede própria da mesma no município de Cianorte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, objetivando a instalação do Núcleo da mesma no município de Cianorte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do teor da "Carta dos Engenheiros do Paraná à Sociedade", documento firmado no 1.º Encontro Paranaense de Engenheiros, realizado nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro das Minas e Energia e Presidente da COPEL, encarecendo planejamento para a adoção do Horário de Verão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente de sessão anterior, solicitando manifestação de apoio desta Casa à indicação do jornalista Romeu Daldegan para a vaga de Juiz Classista do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela inauguração da TV Naipi, no município de Foz do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando transcrição nos

Anais da Casa, da matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná", sob o título "Curitiba, cidade fantasia". Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos Senhores Ministro das Minas e Energia e Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, pela determinação oficial da abertura de postos em todas as rodovias do País, no período noturno. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a instalação de um posto de saúde na localidade de Vespeira, município de Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, objetivando maior destinação de verbas para atendimento ao Crédito Rural da região de Ivaí. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja feito convite ao Senhor Presidente da Federação de Agricultura do Estado do Paraná, para apresentar Exposição Informal sobre a Reforma Agrária sob a ótica do empresariado rural paranaense, em companhia de sua Diretoria e Assessoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Interior, objetivando a instalação de uma rede de água, através da SANEPAR, no Jardim Guaraituba, no município de Colombo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Diretório Regional da Liga da Defesa Nacional, pelo brilhante papel desenvolvido durante a "Semana da Pátria de 1985", bem como por ter realizado a "1.ª Corrida Rústica da Independência". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário de funcionamento da Televisão Coroados do município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reformas gerais no Colégio Estadual Professor João D'Oliveira Gomes, no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando a convocação do Senhor Presidente da SANEPAR, para expor aos Senhores Deputados as implicações do Edital de Concorrência Pública n. 02/85, que trata da ampliação e melhorias do sistema e abastecimento de água dos municípios de Londrina e Cambé. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem) – Solicito a Vossa Excelência anexar pronunciamento feito na Tribuna, como justificativa deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) – Deferido.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a instalação de cursos de 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a séries diurno, no distrito de Sales de Oliveira, município de Campina da Lagoa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, objetivando armamento e nova viatura policial (camburão) para o município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Diretor da TV Paranaense Canal 12, pela veiculação da Campanha "Posso Ajudar Papai". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal do Agricultor TERRA, pela publicação de matéria jornalística sobre os efeitos dos agrotóxicos nos trabalhadores rurais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Prefeito Municipal de Cascavel, pelo sucesso do II Encontro Paranaense de Secretarias e Departamentos de Saúde realizado de 03 a 06 de setembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo urgência na formalização do convênio com a Secretaria de Segurança Pública, com vistas à prestação de assistência médica e hospitalar aos detentos nas cadeias públicas do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando reformas no Centro de Saúde de São Jerônimo da Serra, bem como a integração daquele município no programa AIS. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", responsável pela elaboração de um caderno especial sobre a "Constituinte", publicado no último dia 7 de setembro. – Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA – (Pela Ordem) Gostaria de informar a Vossa Excelência que pedi para discutir o requerimento, quando não há necessidade de discussão; bastaria

submeter à Mesa o pedido de que o requerimento fosse aprovado no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE – (Anibal Khury) A Mesa informa que só poderá fazê-lo na sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo reformas na cadeia pública do Município de Londrina. – Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Saúde Escolar - Perspectivas de Desenvolvimento", publicado no "Jornal da Saúde", n. 13, da Associação dos Municípios do Médio Paranaense. – Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando a designação de uma Comissão Especial para representar o Poder Legislativo na audiência do dia 25 de setembro do corrente ano com o Senhor Governador do Estado de São Paulo, para tratar dos interesses do Paraná, na gestão de terras inundadas com a construção das Usinas de Rosana e Taquaruçu, no Rio Paranaense, composta por três membros. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Caíto Quintana, Luiz Alberto Oliveira e Antônio Belinati, na qualidade de Líderes dos Partidos com representação nesta Casa, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial composta por 9 membros, a fim de proceder estudos visando apresentar sugestões e propostas à elaboração da Nova Constituição Brasileira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, para que o mesmo determine ao IPE, implantação nas folhas de pagamento, das despesas decorrentes de exames médicos e complementares exigidos pelos órgãos, quando requisitados pelos Departamentos Médicos aos aprovados em concursos públicos realizados pelo Governo do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de mensagem ao Senhor Presidente da República, na condição de Presidente do Conselho de Segurança Nacional, encarecendo imediato restabelecimento de relações diplomáticas com a República de Cuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 195/85, que reestrutura o Quadro de Pessoal deste Poder. Retirado pelo Autor.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 244 e 275/84, 05, 28, 41, 47, 52, 65, 67, 72, 82, 86, 87, 89, 91, 103, 105, 106, 107, 108, 113 e 116/85.

e dos Projetos de Resolução n. 58, 77, 78, 79, 80 e 81/85.

2.^a DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 236 e 241/84.

1.ª DISCUSSÃO – Dos Projetos de Lei n. 11 e 152/85.

DISCUSSÃO ÚNICA – Do requerimento de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO MÁRCIO ALMEIDA, EM SESSÃO DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1985

“SAÚDE ESCOLAR – PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO”

Gerson Zanetta de Lima
Jornal de Saúde da AMEPAR.

A idade escolar, do ponto de vista médico, é a menos biológica das idades pediátricas. O que queremos dizer é que as forças biológicas que atuam sobre esta idade, mais suaves do que as que atuam sobre outras idades de interesse pediátrico, tornam-na menos estremecida por sobressaltos mórbidos e mais distantes dos olhares terapêuticos do médico. Talvez por esta razão ela seja designada por uma instituição que nada tem de biológica, que é intrinsecamente social a escola.

A participação de um elenco de preceitos e de práticas a serem institucionalizados no espaço público da escola, pretendendo ordenar a vida dos escolares sob um novo modo de relação com o mundo — o da higiene, constituiu o cerne do discurso nascente da saúde escolar, então higiene escolar, em fins de século passado e início deste. Autojustificando-se pela pretensa necessidade de formar uma juventude hígida e instruída, sobre os ombros da qual se construiria um novo país, se partiria de um Brasil “doente” para chegar a um Brasil “saudável”, a meta era a aquisição da mesma força que tinham os países industrializados da época, a meta era a industrialização do país. Os higienistas prescreveram uma reordenação total e completa do espaço escolar. Previram desde a altura adequada dos degraus e o tamanho do mobiliário até a natureza de exercícios físicos a serem realizados e o tipo de relação entre professores e alunos e natureza e extensão dos currículos.

“Se partiria de um Brasil “doente” para chegar a um Brasil “saudável”. Discursaram chegar a pedagogia em nome da fisiologia, solicitando uma nova educação. Nas décadas seguintes a resposta da pedagogia se traduziria no Movimento da Escola Nova, educadores e higienistas irmanados no mesmo discurso para o Estado. A palavra de ordem era a palavra da ciência traduzida pela fisiologia e pela psicologia. Ressaltaram-se os mecanismos biológicos do processo de ensino-aprendizagem e todo o movimento teve um sentido de esclarecimento e modernização. A transformação que se pretendeu acabou por fazer sentido na luta intestina que então ocorria entre as duas principais frações da classe dominante — a burguesia urbano-industrial nascente e modernizadora

e a aristocracia rural hegemônica, decadente e conservadora. Não sem razão foi durante o Estado Novo que ambos os discursos — o da Saúde Escolar e o da Escola Nova — pontificaram e se transformaram no próprio discurso do Estado. Era o industrial não desbancando o ruralismo como ideologia de Estado, a burguesia industrial caminhando rapidamente em direção à hegemonia. Poder conquistado, consolidado, o discurso modernizador do período da ascensão deixou de ter tanta utilidade e a Saúde Escolar, nem bem experimentava o gosto do poder começou o seu declínio. O nível de organização institucional até então alcançado persistiu na forma paulatinamente esvaziada de conteúdo.

Aos poucos, outros discursos provenientes da área da saúde se interpuseram à relação entre a escola e o alunado. A partir da década de 50, tomando força avassaladora nas seguintes, a grande ação da área da saúde sobre o espaço escolar não se daria mais como uma prescrição de modos de viver, mas sim como uma intervenção direta e violenta no próprio modo de ser da escola.

A MERENDA COMO RAZÃO DE SER DA ESCOLA

Começando como tímidos programas de ajuda internacional, como doações de excedentes de leite em pó, a merenda escolar iria tomando corpo até chegar à soberania de “razão de ser” da escola da década de 70. A merenda devia existir, no discurso oficial, não por ser algo natural em um ambiente onde existem crianças que, por serem crianças, sentem fome. Ele devia existir como atrativo para que a criança pobre, famélica e desnutrida, procurasse a escola. Esse discurso, apoiado em um corpo de evidências experimentais de que formas graves de desnutrição prejudicam o aprendizado, corpo de evidências este cuja aplicabilidade no humano é, para dizer o mínimo, de limites e nebulosos, não é nada mais do que o discurso de um Estado burocrático — militarista a serviço do Capital Internacional. Traduzido às últimas consequências o que ele diz, na realidade, é — o ensino dos pobres brasileiros é um fracasso porque eles são desnutridos e condenados a não aprender, a escola pois que abandone suas pretensões de ensinar e que seja prática — alimente estes corpos de modo a, pelo menos, preservá-los saudáveis para o trabalho braçal. Dentro deste processo as atividades da Saúde Escolar ficaram quase que relegadas à prática de exames médicos de qualificação para educação física de resto muito mal feitos, mesmo porque inúteis.

A redemocratização do país traz consigo uma ampla rediscussão do papel da escola e a consciência de que ela é ferramenta indispensável no caminho de uma sociedade mais justa, posto que a escola ainda é o mundo fácil de democratizar o saber. Toma-se consciência de que o aparelho escolar, bem público,

deve ser reapropriado para o movimento democrático e colocado a serviço da difusão do saber. Deve ser reapearelhado, reorganizado e rearticulado para que deixe de ser o local da evasão e da reprovação, da manutenção das diferenças de classe e passe a ser um dos muitos locais onde se instaurem processos de superação dessas diferenças.

No bojo dessa ampla discussão sobre a escola pública, nada mais lógico que venha à tona uma nova discussão sobre a Saúde Escolar. Polarizada entre a rejeição e a aceitação acríticas, faz-se necessário decodificar a questão da Saúde Escolar, para que os agentes dela beneficiários — professores, alunos e população em geral se apropriem desse saber específico e possam ser, progressivamente, participantes da ação do Estado.

A idade escolar é uma idade de baixa mortalidade, a principal causa de mortes sendo acidentes. Pode-se dizer que é uma idade de bonança quanto a incidência de doenças graves e perdas de vidas humanas. Algo muito diferente do primeiro ano de vida, por exemplo, onde se concentram um quarto ou mais de todas as mortes que ocorrem no país. Este fato associado à precária situação econômica da Saúde Pública, faz com que os poucos recursos destinados a essa área sejam concentrados no atendimento à gestante e à criança menor de um ano, em programas de vacinação e puericultura, por exemplo.

O INAMPS, rico em recursos e imerso em um beco sem saída de despesas, dedicou-se durante muitos anos a financiar o setor particular (rede de hospitais conveniados) da atenção à saúde, privilegiando a ação curativa intra-hospitalar, dispendiosa e distante das necessidades dos escolares.

"A CRIANÇA NA IDADE ESCOLAR É UMA DAS MAIS DESATENDIDAS"

Estes fatos, aliados ao esvaziamento dos serviços de saúde escolar, fazem com que a idade escolar seja uma das mais desatendidas faixas etárias neste país. Não temos dúvidas de que a atenção à saúde dessas crianças seja dever do Estado e de que deva se organizar em torno da rede normal de atenção à saúde gerida pelo Estado e não dentro das escolas. Como objetivo, todavia, isto tem de ser colocado a longo prazo, tal a precariedade da atenção à saúde que vivemos no país neste momento. Por outro lado, tão pouco temos dúvida que a escolarização coloque problemas à saúde pública, que tem de ser equacionados e resolvidos. Alguns destes problemas, tais como o odontológico e o oftalmológico, podem ter soluções de custo relativamente baixo e de alta resolubilidade. Outros podem ser amenizados através de ações objetivas que ocorram na interfase entre o sistema de ensino e o sistema de atenção à saúde. É este a meu ver, o âmbito da Saúde Escolar no Brasil de hoje. Sua filosofia deve ser a de uma estratégia de

se lograr algum benefício à população escolarizada enquanto se aguarda que a atenção à saúde no Brasil se desenvolva no sentido democrático de atingir a todo cidadão brasileiro, independentemente de sua idade.

"A ESCOLA É FUNDAMENTALMENTE UM LOCAL DE ENSINO"

A dimensão que a Saúde Escolar deve ter, a natureza das ações que ela deve abranger, são uma característica que tem de estar adaptada a cada região do País, ao grau de evolução do sistema escolar nessas regiões e aos recursos que se possa mobilizar, com o mínimo de interferência possível no sistema de ensino. A escola é fundamentalmente um local de ensino. Toda e qualquer outra ação e periférica e deve se adaptar às necessidades de ensino da escola e não o inverso. Respeitados esses limites, acredito que o movimento atual da Saúde Escolar no Brasil tenha duas vertentes principais — as Ações Integradas de Saúde e a simplificação dos programas de assistência à saúde do educando.

As Ações Integradas de Saúde, plano estratégico de intervenção nos rumos caóticos de atenção médica do país prevêm que os sistemas prestadores de serviço encontrem para cada região do país, uma forma de racionalizar a atenção à saúde, privilegiando a Atenção Primária, isto é, a atenção aos problemas mais simples e mais frequentes e progredindo até a atenção terciária, isto é, aos problemas mais complexos, de forma a evitar a duplicação de serviços e o desperdício de recursos. Se se pretende que a atenção à saúde do escolar não venha a ser mais um serviço independente e ineficaz é imperioso que a resolução dos problemas de saúde de alguma forma encontrados na escola ocorra em alguma parte dos sistemas prestadores de serviço instalados, vias Ações Integradas de Saúde. Tradução: o local adequado para o tratamento de anemias, verminoses, epilepsias, bronquites, problemas psicológicos e outras mazelas não é a escola nem uma clínica específica de atenção ao escolar vinculado ao sistema de ensino, mas a rede de atenção à saúde existente, sejam os postos de saúde, os hospitais públicos, os próprios do INAMPS, os hospitais conveniados ou qualquer outro recurso. Eles podem e devem ser atingidos via Ações Integradas de Saúde. O Estado deve prever a criança em idade escolar no momento de planejar e implementar os convênios regionais das Ações Integradas de Saúde.

PRIORIZAR: A ATENÇÃO ODONTOLÓGICA, OFTALMOLÓGICA E

REFERÊNCIA AO SISTEMA DE SAÚDE

A outra vertente, a da simplificação dos programas de assistência à saúde do educando, abrange três aspectos principais: atenção odontológica,

atenção oftalmológica e referência ao Sistema de Saúde a partir da escola.

A atenção odontológica via clínicas simplificadas, tem alcançado grande popularidade em todo o território nacional. Geralmente composta por grupo de dentistas e auxiliares de odontologia, na proporção de uma para dois, utilizando aparelhamento simplificado, transportável e a filosofia de delegação de funções aos auxiliares, tais como enchimento de cavidades, por exemplo, estas clínicas abordam a problemática da Odontologia Sanitária Escolar de uma forma se pode dizer assim, tarefaira. Importa quantas bocas podem ser integralmente restauradas em um período mínimo de tempo e a menor custo possível. Impondo-se tarefas progressivamente mais abrangentes (planos incrementais) estas clínicas podem ser equacionadas em moldes quase que puramente técnicos garantindo que o planejamento, a execução e a avaliação dos programas sejam perfeitamente controláveis. Nesses termos, a decisão de se implantar ou não esses programas e sua abrangência, é puramente política: se eles forem implantados pode-se ter uma idéia bastante precisa de seu funcionamento através de indicadores bem desenvolvidos dentro da Saúde Pública.

A oftalmologia sanitária escolar pode ser encarada da mesma forma. Impondo-se como tarefa a deficiência visual corrigida, isto é, a criança deficiente identificada, diagnosticada e tratada, com óculos em cima do nariz às expensas do Estado, é possível equacionar o problema oftalmológico do escolar de forma técnica. Já há tecnologia simplificada e eficiente disponível, tal como ocorre com a odontologia.

CRIAÇÃO DO AGENTE SANITÁRIO ESCOLAR

O terceiro aspecto, o da referência do sistema de saúde, pode ser resolvida mediante a criação do agente sanitário escolar, elemento de escolarização primária com treinamento adequado para execução de tarefas simples como curativos, diagnóstico e tratamento de problemas de saúde mais corriqueiros e encaminhamento dos problemas mais complexos para os sistemas técnicos à saúde. Assim colocado o problema pode também sofrer equacionamento técnico satisfatório.

Parece-me que pretender ir além desses limites na escola pública brasileira é abrir a caixa dos desejos e deixar que eles voem muito distantes da realidade. Isso não seria problema, não fosse o caráter mistificador e ideológico que estas propostas costumam assumir na prática social.

Durante quase um século de existência oficial no Brasil, a saúde escolar tem se caracterizado por uma ambição ilimitada quando cotejada à realidade histórica na qual se tem inserido e aos poucos resultados que tem conseguido. Tem se colocado no

exato espaço ideológico onde o desejo das massas de se apropriar de conhecimento é contraposto pelo desejo das elites de que tudo se conserve a seu favor.

No momento atual, a par da existência de alguns sistemas clássicos de atenção ao escolar, perseverando dentro de Secretarias de Educação de alguns municípios e Estados, processa-se uma tentativa de ampliar a cobertura do modelo anteriormente exposto.

Consubstanciado em um documento técnico denominado Programa Nacional de Saúde Escolar e operacionalizado pela Fundação de Assistência ao Estudante, esse modelo de atenção à saúde do escolar tem sido prescrito para inúmeras regiões através do financiamento de projetos.

"O ERRO DE QUERER BARATEAR USANDO AS PROFESSORAS"

Dezoito projetos encontram-se em funcionamento no momento em 18 unidades da Federação, embora a maioria dos projetos tenha âmbito municipal. Em seminário realizado no início de maio de 1985, esses projetos foram confrontados e evidenciou-se gritante descompasso de formas. Um dos erros fundamentais, a nosso ver, é a tentativa de barateamento ao extremo da execução através da utilização dos próprios professores primários como agentes de saúde. Depreparado e desmotivado para assumir tal encargo, afastado da regência de classe e da vantagem econômica que essa regência freqüentemente significa, o professor agente de saúde é uma boa forma de tornar inócuo um esforço a nível nacional que poderia dar bons resultados. Outro erro é a ênfase que se pretende dar à educação para a saúde em detrimento de ações objetivas em relação a problemas de solução já equacionada. A educação para a saúde deve fazer parte do dia-a-dia da educação da criança, como parte de sua formação prevista no currículo e não ser objeto de um Programa de Saúde Escolar. O Programa exerce forte ação educativa, isto sim, ensinando a vantagem do benefício prestado. Não há melhor forma de se aprender o valor da visão do que ter a visão restaurada.

É necessário que a população e que os professores falem. Não há outra forma de a Saúde Escolar, apesar do terreno esvoaçante das idéias para o chão concreto do que é possível e necessário realizar.

Professor Assistente do Departamento Materno-Infantil e Saúde Comunitária da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.
DEPUTADO PAULO FURIATTI, EM SESSÃO DO DIA
23 DE SETEMBRO DE 1985.**

"CURITIBA, CIDADE FANTASIA"

Jornal - O Estado do Paraná

Renato Requião

O centralismo tributário que empobreceu os

municípios brasileiros, aliado a complexas injunções de inúmeros fatores de ordem institucional, com repercussões na área econômica, social, política e, mercê do tema aqui abordado, de natureza fundiária rural e urbana, contribuiu de forma direta para agravar o desordenado desenvolvimento urbano das grandes cidades brasileiras. Não dispondo estas de adequadas condições infra-estruturais e equipamentos para resistir ao assédio das bordas migratórias que congestionaram suas franjas de forma incontrolável.

A força da espada, o famigerado sistema usou e tiranizou os instrumentos e os métodos de uma camarilha (que o comedimento imposto congnominou de tecnoburocratas) que tentou moldar modelo de desenvolvimento que, ao cabo de vinte anos, levou o País à beira do caos.

Vício inerente ao regime de força é o fomento aos arroubos de grandeza que se materializam nos festivais das obras suntuárias, enfim em iniciativas perdulárias e inócuas, expressões de condenável desperdício, fadadas ao fracasso que o tempo se encarrega de mostrar.

Inserida no contexto autoritário então vigente, nossa Curitiba não ficou excluída da sina da megalomania.

Como pano de fundo desta vitrina urbanística preconizada por certo arquiteto-prefeito (registre-se "biônico"), que para ela sonhou dar a imagem de cidade-modelo, feita na prancheta, eis que seu talentoso artífice e poeta aproveitou o momento histórico para atingir esse desiderato e outros (maiores e inconfessados) que também o tempo acabou trazendo à tona.

E o arquiteto-alcaide pôs em prática seus planos mirabolantes, desapropriando áreas imensas e caras, que, mais uma vez, o tempo (olha só o grande inimigo dos incautos!) pôs a nu: usou e não pagou. E rasgou vias ociosas, levantou obras de arte (viadutos e trincheiras), canaletas para vias de expresso, alargou ruas e estreitou calçadas. Abriu praças, ajardinou-as com requinte, semeou flores e vasos. Mercê da precipitação e da afoiteza, foi profícuo também às avessas: fechou muitas praças que abriu; tirou muitos verdes, para repor a grosseria das pedras; estreitou várias ruas que alargara, como alargou dezenas de calçadas que estreitara. Foi perdulário tanto na construção quanto na DESTRUÇÃO do que havia sido malfeito. Misturou o verde com o acrílico, que, prematuramente, apodreceu e teve de ser trocado.

Vale um parágrafo especial o supremo esbanjamento: desapropriou o Parque Barigui, abriu ao público, implantou equipamentos caríssimos na área e... também não pagou. Após mais de dez anos do descalabro desapropriatório, a dívida perdura e o município, em face dos juros e correção monetária pendentes e incidentes sobre o principal do débito, jamais poderá ser pago. Não há dinheiro para tanto, tamanho o volume do débito, que está na casa dos bilhões.

Ao estilo requintado dos tecnoburocratas da Velha República, nosso arquiteto-prefeito, em dois períodos (intercalados por outro, típica cópia-xerox do primeiro), investiu milhões de dólares em equipamentos e serviços urbanísticos, preferencialmente nenhum pedacinho encantado da metrópole, para que o SORRISO parecesse mais bonito aos incautos daqui e aos de fora que visitassem sua Curitiba. Não poupou esforços e recursos (do povo) para concretizar sonhos mirabolantes: Curitiba, "modelo urbanístico do Brasil". E ele, o arquiteto da terra, seu artífice. E até que conseguiu, por um tempo. Mas, como disse o velho ABE LINCOLN: "Pode-se enganar parte do povo todo o tempo; pode-se enganar

tudo o tempo parte do povo; mas nunca se pode enganar todo o povo todo o tempo". Mas que curioso!...

O tempo mais uma vez presente na vida do nosso ex-alcaide, agora prefeitável. Hoje, mercê do desenvolvimento do processo de organização das comunidades de base (associações de moradores, abertura na liberdade de imprensa, maior liberdade nas manifestações populares, etc), a população já se conscientizou, plenamente, do que, como e por quanto "urbanizaram" Curitiba. E mais: sabe o que não se fez, por quem se fez, para quem se fez e à custa de quem se fez. E ainda: quem está pagando aquilo que se fez e se perdeu. E pior: aquilo que se deixou de fazer (porque prioritário) e não mais se poderá fazer tão cedo, porque a cidade está falida.

Da minoria beneficiada pelas fantasias do nosso arquiteto da terra, recebeu ele galardões incontáveis. A essa facção, coincidentemente, pertence a maior parte do acervo imobiliário atingido pela melhorias dos equipamentos pagos pela maioria da população preterida. Esses apaniguados, localizados no pedacinho encantado da Ilha da Fantasia criada pelo poeta-arquiteto, que a mostrava tal qual uma versão nova de Ricardo Montalban, quando recepcionava políticos, administradores e urbanistas (de preferência homens de governo), que, para não perder o feliz ensejo, contratavam seus préstimos profissionais para fazer a mesma coisa em outras cidades e outros Estados. Como ficou público e notório, nosso arquiteto vendeu e faturou alto suas "criações encantadoras", implantadas aqui e transplantadas para algures.

Nem de longe de condenarmos a avidez comercial de quem não cansamos de chamar o "arquiteto da terra" (agora com aspas, só para dar ênfase), pois seu tino pela mercancia urbanística e virtude inerente aos seus ancestrais, povo de muitos talentos. O que releva ressaltar, todavia, é a incongruência irônica pelo fato de alguém poder faturar tanto, em cima de uma fantasia que beneficiou tão poucos. Que se locuplete um só por fantasia ainda hoje pagas pelas vítimas da omissão de socorro comunitário que, em virtude da incuria, insensibilidade ou egoísmo de um homem público, padecem da inexistência de mínimos padrões de saúde, educação, assistência médica, falta de espaço para construção de um barraco sequer, arruamento, água, esgoto e transporte mais barato, para não se cogitar do sonho do lazer.

Mas o talentoso arquiteto das minorias, decerto, lá com seus botões, deve amargar complexos de culpa porque, durante quase dez anos de Prefeitura, relegou ao esquecimento as populações paupérrimas dos fundões da Cidade Tristeza.

A ambição e a cobiça pelo poder não têm, entretanto, limites. Nosso arquiteto quer voltar, pois julga o negócio bom demais. Certamente, não lhe bastaram os contratos milionários que a população curitibana, anonimamente, afiançou, sem haver recebido aquilo que deveria, no tempo oportuno.

Além da mentalidade e do estilo elitista, seria profícuo que o nobre arquiteto da terra mudasse também sua posição e a da sua prancheta, em face da Curitiba verdadeira: ponha-se de frente e não de costas para a população carente da cidade, como fez nos dez anos

que dedicou à decoração urbana da sua cidade. Renato Requião e advogado e professor.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR.

DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS. EM SESSÃO
DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 1985.

"CARTA DOS ENGENHEIROS DO PARANÁ À SOCIEDADE"

I ENCONTRO PARANAENSE DE ENGENHEIROS
11 - 12 - 13/JULHO/ 1985 - CURITIBA - PR
LOCAL: AUDITÓRIO CEFET
PROMOÇÃO: SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO
ESTADO DO PARANÁ

Os Engenheiros Paranaenses, reunidos em Curitiba, em seu 1.º Encontro Estadual, que congregou por três dias, mais de 500 profissionais de 36 municípios de todas as regiões do Paraná, com presença das principais lideranças sindicais dos engenheiros do país aprovaram em Plenário Final, a seguinte:

CARTA DOS ENGENHEIROS DO PARANÁ À SOCIEDADE.

O primeiro passo foi dado, mas o caminho ainda é muito longo.

Foi necessário que o arrocho salarial, a crise econômica e o fantasma do desemprego nos batessem à porta.

Levamos cinquenta anos até acordarmos para a realidade.

O engenheiro é povo e com o povo deve lutar por seus direitos e por uma sociedade mais justa.

O engenheiro é povo e ao povo deve dedicar os conhecimentos que este lhe entregou.

Devemos lutar contra o achatamento salarial e pelo cumprimento do nosso salário mínimo profissional. É de lei, é um direito.

Mas só superaremos a crise e só haverá efetiva justiça se os demais trabalhadores tiverem salários mínimos reais, que lhes permitam ter acesso à educação, à cultura, à habilitação, ao transporte, ao saneamento básico, à energia e a uma alimentação condigna. Enfim, aos frutos de seu próprio trabalho, sem depender dos favores ou migalhas, hoje necessários.

Devemos lutar pela dignificação da nossa profissão, não através da postura corporativista ou arrogante, mas sim do exercício criativo de nossos conhecimentos em favor da humanidade, em harmonia com os técnicos

e demais companheiros de trabalho, conforme juramos no dia de nossa formatura.

Devemos lutar pela afirmação da capacidade da engenharia paranaense, que não é medida por quantos ocupantes tenhamos nos postos de mando, e sim pelo reconhecimento nacional e internacional às respostas tecnológicas que nosso Estado vem encontrando para atravessarmos a crise e melhorarmos as condições de vida de nossa gente.

Devemos lutar pelo fortalecimento do movimento sindical, o que não significa conceder procuração para que alguns companheiros decidam e lutem por muitos.

Todos devemos ter voz e voto nas decisões e nas lutas, filiando-nos e participando da vida dos Sindicatos, acabando com seu isolamento nas sedes, e estendendo-os através de delegacias sindicais a todas as empresas e cidades aonde atuem os profissionais.

Devemos lutar pelo fortalecimento do movimento sindical, não apenas como forma de defesa de interesses corporativos, mas como expressão viva da vontade majoritária das categorias profissionais na busca do progresso social e das mudanças a que toda nação aspira.

E estas mudanças, hoje, passam necessariamente por uma imediata Reforma Agrária, que não apenas reparta terras devolutas e improdutivas, mas que garanta efetivo apoio técnico, econômico e social aos agricultores de forma a alimentar os brasileiros, expandir a economia e nos afirmarmos como nação soberana.

Chega de adiamentos. Os compromissos do governo com o povo, em praça pública, foram feitos e não podem ser rompidos.

Devemos lutar por uma Constituinte Democrática, Popular e Soberana, especialmente convocada para tal fim, em eleição limpa e livre das influências dos poderes econômicos nacionais e internacionais, garantindo o Governo o amplo e equitativo acesso aos meios de comunicação de massa.

Os fatos se precipitam. Quem se atrasou precisa acelerar o passo e resgatar o tempo perdido. E isto depende de todos, pois uma verdadeiramente Nova República não nasce em Brasília, mas dentro de cada um de nós.